

MOÇÃO

Politica de Orientação Nacional

Democracia Plena

1º Subscritor

Daniel Adrião

nº militante: 12.966



DANIEL ADRIÃO

www.danieladriao.com





DEMOCRACIA PLENA

Moção de Estratégia Global ao XXIV Congresso do Partido Socialista

Índice

1.	* Mensagem do Primeiro Subscritor e Candidato a Secretário Geral	4
2.	* Quem Somos, o que representamos e o que nos diferencia.....	8
3.	* Os princípios fundacionais do partido, a organização do PS e respetiva capacidade de mobilização interna.....	11
4.	* A ambição de uma Democracia Plena como modelo de evolução e mobilização partidária	14
5.	* O retrato de Portugal, hiatos estratégicos e principais necessidades e expectativas dos portugueses	15
6.	* O contexto político e o cenário de eleições antecipadas em Portugal.....	18
7.	* As eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu	20
8.	* 3 Pilares de orientação Estratégica – 9 ambições e propostas para o país	23
9.	* O Partido – Pluralidade, Participação e Segregação de competências.....	24
9.1.	* Ouvir e empoderar os militantes nas escolhas do partido	24
9.2.	* Prestação de contas e separação clara entre o exercício de cargos partidários e de cargos públicos.....	26
9.3.	* Funcionamento mais transparente, democrático e mobilizador.	28
10.	* Democracia – Transparência, escrutínio, governança eficiente e representatividade plena 30	
10.1.	* Um sistema eleitoral mais moderno, representativo e adequado às necessidades da república 30	
10.2.	* Credibilizar e reforçar a confiança no funcionamento das instituições públicas e dos mecanismos de autoregulação do Estado	33
10.3.	* Robustez das contas públicas suportada na eficiência e adequação da boa despesa pública e numa política fiscal justa e competitiva.....	36
11.	* A visão estratégica – Crescimento, Competitividade, Desenvolvimento equilibrado e Direitos essenciais.....	39
11.1.	* Mobilizar o país para uma visão de futuro.	40
11.2.	* Responder à emergência na oferta de habitação.....	43
11.3.	* A saúde em primeiro lugar.....	46



12.	* Outros aspetos que não podemos deixar de referir nesta moção	50
12.1.	* Salários mínimos e medianos e capacidade de retenção de talento em Portugal	50
12.2.	* Uma Transição Climática e Digital transparente, participada e alargada.....	52
12.3.	* Reforçar a Política cultural e investir na Portugalidade e na Lusofonia	54
12.4.	* Uma política de imigração e integração equilibrada e humanista, mas também sustentável e realista.	57
12.5.	* O Futuro da Aviação em Portugal: Uma visão abrangente.....	59



1. * Mensagem do Primeiro Subscritor e Candidato a Secretário Geral

Caras e Caros Camaradas,

A maioria de vós conhece-me e associa o meu nome, Daniel Adrião, e do movimento DEMOCRACIA PLENA como representantes do sentimento bem-intencionado de muitos militantes do PS, que com coragem, frontalidade e Ética Republicana, há muito que reclamam que o partido tem dever de fazer uma reflexão própria e exigente sobre o seu modelo de funcionamento, assegurando mais democracia e participação interna nas suas orientações e prioridades políticas.

Ao longo dos últimos 7 anos, de forma continuada e sistemática, assumimos a defesa de uma DEMOCRACIA PLENA, que envolvesse maior transparência, integridade, escrutínio, responsabilização e meritocracia na escolha dos titulares de cargos políticos e partidários, que assegure a centralidade e o primado do partido no seu compromisso com os interesses estratégicos do país, e que reforçasse os valores fundacionais da História do Partido Socialista, adequando-os às novas realidades e necessidades económicas e sociais, de forma a mobilizar a participação para a ação dos militantes e simpatizantes do PS, e reforçar a credibilidade e confiança da sua mensagem junto dos demais portugueses.

Ao longo dos últimos 7 anos, não nos deixámos condicionar por uma mensagem de fácil, cómodo e conveniente unanimismo em torno do líder do partido e soubemos trazer novas ideias, moções e estratégias alternativas que valorizaram a discussão interna e a pluralidade do pensamento dentro do partido.

Sim, fizemo-lo quando o Partido estava em alta. Quando muitos pensavam que não havia necessidade de uma autoavaliação crítica e de mudanças na forma de governação do partido e do país. Alertámos para os perigos que poderiam advir das más práticas e de escolhas erradas, e apelámos a que se operassem mudanças urgentes. Fomos sempre ignorados. E infelizmente, em vários pontos, o tempo veio dar-nos razão.

Não nos arrogamos em reserva moral do partido, mas como homens e mulheres livres que acreditam no PS fundado por Mário Soares, no PS do 25 de Abril e do 25 de novembro, no PS que quer construir um Portugal mais moderno, mais justo e mais rico. E por sermos assim, nunca virámos, nem viramos, a cara à luta.

Caras e Caros Camaradas,

Se não deixámos de ousar quando a conjuntura era tranquila, agora, num momento em que o Partido sofreu um enorme rombo na sua imagem e credibilidade, é nosso dever cívico não deixar de reiterar a defesa do que sempre defendemos. É nossa obrigação dizer que estamos aqui - que sempre estivemos aqui - e que queremos e nos sentimos capazes de ajudar o PS.

Sim, Camaradas,

Sim, em primeiro lugar perante vós, e em nome dos que defendem uma DEMOCRACIA PLENA no PS e no país, estamos novamente motivados e disponíveis para afirmar uma



solução e visão alternativa para o governo e liderança do Partido, pelo que pela 4ª vez consecutiva me apresento e como candidato ao Cargo de Secretário-Geral do Partido Socialista. Faço-o por coerência e por respeito pelo que sempre tenho defendido, por dever de consciência cívica de militante e de cidadão preocupado, e como resposta ao apelo que me foi lançado por centenas de militantes do Partido Socialista de Norte a Sul de Portugal e nas comunidades portuguesas.

Somos uma candidatura feita por gente comum, com uma vontade extraordinária de contribuir para a construção de uma Democracia decente. Esta candidatura será um baluarte da defesa de um projeto transformacional para o país e para o PS.

É uma candidatura que puxará o país para cima. Que procurará dar visibilidade ao enorme potencial que Portugal e os portugueses possuem e que necessita de ser maximizado. Chegou a hora do centro das nossas atenções não estar no Terreiro do Paço, mas nos terreiros do povo.

O país precisa de uma reforma profunda do sistema político-partidário. É hora de repensar o modo como operamos, de abrir as nossas portas a ideias frescas e a uma nova energia. Abrir as janelas e deixar entrar ar puro, porque há um grande cheiro a mofo na casa e o PS precisa de se oxigenar.

É hora de dar voz aos militantes de base, que são os provedores dos cidadãos, a voz da sociedade civil no partido, um selo de garantia democrática. É hora de acolher a participação ativa de todos na construção de um futuro mais democrático e inclusivo.

Camaradas,

Enfrentamos uma encruzilhada crucial: de um lado, a oportunidade de revitalizar e reformar o nosso partido com novas ideias, processos e um compromisso renovado com a militância ativa; do outro, a manutenção das mesmas pessoas, as mesmas abordagens, que já não são suficientes para enfrentar os desafios e as exigências do presente e do futuro. É fundamental que reconheçamos a necessidade de evolução e mudança. **Não podemos continuar a trilhar os mesmos caminhos do passado e esperar resultados diferentes. Precisamos de uma liderança que não só entenda os valores históricos do PS, mas que também seja audaz e esteja pronta para inovar e adaptar esses valores aos novos tempos. Um novo ciclo político exige novos protagonistas.**

Camaradas,

Assumo, que esta candidatura não existe para conquistar o maior número de votos, mas para congregar o maior número de vontades. De pouco vale o voto se ele não for a livre expressão de uma vontade genuína e consciente. Esta candidatura não existe para disputar o apoio dos notáveis, existe para merecer o apoio dos anónimos. Quem acredita no socialismo democrático, acredita que todos os homens e mulheres nascem livres e iguais em direitos e em deveres.



Esta é uma candidatura que se apresenta para combater o preconceito e o elitismo, o politicamente correto, o determinismo, a ideia de que a política é um Olimpo a que só acedem os predestinados. Esta é uma candidatura feita por gente comum, com uma vontade extraordinária de contribuir para a construção de uma Democracia decente. Esta candidatura será um baluarte da defesa de um projeto transformacional para o país e para o PS.

Assim, diante desta escolha, peço-vos que considerem não apenas o que o Partido Socialista foi, mas o que ele pode e deve ser. Um partido vibrante, aberto, que valoriza cada um de seus membros e se compromete com a transformação social em prol de um Portugal mais desenvolvido, livre e solidário.

Caras e Caros Camaradas,

A nossa candidatura assenta em 3 pilares fundamentais: O Partido, a Democracia e o Futuro de Portugal.

Para cada pilar, 3 grandes ambições para unir e mobilizar o PS e os Portugueses.

Para melhorar o nosso partido,

- **Queremos promover uma separação clara entre quem exerce cargos dirigentes executivos no partido e quem exerce cargos governamentais**, separando o aparelho do partido do aparelho do Estado e promover uma maior capacidade de escrutínio e fiscalização.
- **Queremos empoderar os militantes**, conferindo-lhes o poder de decisão na escolha dos candidatos a titulares cargos políticos, quer a nível autárquico, quer a nível nacional, designadamente para a escolha dos candidatos a Deputados à Assembleia da República.
- **Queremos regenerar do modelo de funcionamento e organização do partido**, tornando-o mais mobilizador e participado pelos militantes e pela sua base social de apoio, e aumentando a capacidade de comunicação e de interação com a sociedade civil, designadamente através da introdução de mecanismos de democracia participativa, como as eleições primárias e os referendos internos.

Para melhorar a nossa democracia,

- **Queremos** promover a reforma do sistema eleitoral, trazendo para Portugal as melhores práticas e modelos de representação e funcionamento europeus, eliminando o sistema de listas “fechadas e bloqueadas”, de forma a criar uma relação direta entre eleitos e eleitores, através da introdução do voto preferencial e nominal, crucial para estimular a participação cívica, a prestação de contas e o incremento da meritocracia nas instituições democráticas.



- **Queremos reforçar os mecanismos que assegurem o pleno e saudável funcionamento das instituições do Estado**, em termos de capacidade, de recursos e de independência técnica, gerando maior transparência, integridade, escrutínio e fundamentação das políticas públicas e das iniciativas políticas.
- **Queremos desenvolver um modelo de funcionamento do Estado eficiente e desburocratizado**, que seja centrado na preocupação pela boa gestão dos recursos públicos e dos impostos pagos pelos cidadãos, mas também preocupado pelo combate às desigualdades e com respostas eficazes para as necessidades essenciais dos portugueses.

Para construirmos um melhor futuro para Portugal alinhado com as expectativas dos portugueses

- **Queremos mobilizar o país para uma visão de futuro, definindo de forma clara, mensurada e objetiva as prioridades estratégicas de longo prazo para Portugal**, e os caminhos e opções concretas para as alcançar, maximizando o melhor das competências e dos recursos endógenos nacionais, e o esforço colossal desenvolvido pelo país para formar as novas gerações, em torno de uma **Economia exportadora de alto-valor acrescentado**, capaz de gerar e distribuir riqueza de forma justa e equitativa, pagar bons salários, modernizar a economia, estimular o investimento, e reter talento em Portugal.
- **Queremos responder à emergência na Habitação**, enfrentado de forma firme aquela que é provavelmente a maior injustiça social do país, que impede gerações inteiras de realizarem os seus projetos de vida em Portugal e de terem segurança financeira, como tiveram as gerações anteriores. Defendemos um pacto de regime para a Habitação, que envolva todas as forças políticas, e que ao longo de uma década, crie condições para a iniciativa privada, cooperativa e pública implementarem de forma concertada um programa de construção “massiva” de nova habitação, que satisfaça as necessidades e projetos de vida dos portugueses, em especial dos mais jovens.
- **Queremos colocar a Saúde como uma prioridade estratégica nacional e não apenas como uma resposta social**, incluindo uma reforma profunda do nosso Serviço Nacional de Saúde, procurando respostas integradas e colaborativas que assegurem uma capacidade de resposta universal às necessidades de todos os portugueses, promovam novos hábitos de qualidade, comportamentos e estilos de vida, e permitam condições de trabalho atrativas para todos os profissionais de saúde.

Caro Camaradas,

Não há Democracia sem coragem. Não há Democracia sem saber ouvir os outros. O PS é um partido de homens livres. Os homens livres fazem as suas próprias escolhas, de forma livre e não condicionada. É por sermos livres que estamos conscientes que a existência da nossa



candidatura valoriza e reforça a eleição para nova liderança do Partido. Estamos cá porque sentimos que somos capazes e temos a motivação e a vontade para ajudar a crescer e a melhorar o Partido e para trabalhar para construir um Portugal mais próspero e solidário.

Convido todos os Militantes do Partido Socialista, que partilham destes valores, a juntarem-se a este movimento regenerador, que tem por missão a construção de uma DEMOCRACIA PLENA. Com a vossa ajuda, podemos devolver à nossa base social de apoio a esperança e a confiança e fazer o PS regressar aos seus valores fundacionais, tornando-o mais forte, mais representativo e mais alinhado com os anseios do povo português.

O PS somos todos nós!

Viva o Partido Socialista!

Viva Portugal!

2. * Quem Somos, o que representamos e o que nos diferencia.

"O Partido Socialista tem sido sempre uma escola de liberdade, tolerância, respeito e pluralismo.", Mário Soares.

A nossa democracia assenta numa realidade de aparências políticas.

Uma realidade em que algumas elites e circuitos fechados de interesses e de influência têm acesso privilegiado a maior atenção mediática que lhes permite maior notoriedade pública e a comunicar as mensagens que consideram únicas, verdadeiras e suficientes. Uma realidade que polariza e exacerba sensibilidades em torno de percepções e de pessoas, em detrimento de ideias, valores e visão estratégica, que advoga a tolerância, mas rejeita o contraditório, e que defende a democracia, mas estranha o pluralismo e a opinião diferente.

Nos últimos anos, o partido tem transmitido perigosos sinais de autofagia e autodefesa em torno da sua elite dirigente. Uma realidade que o encapsula em meras preocupações táticas e efémeras, como também o desfocada da realidade e da incapacidade em mobilizar os melhores para encontrar soluções estratégicas que resolvam os problemas crónicos que condicionam o nosso futuro.

O Partido tem vivido excessivamente centrado em torno dos seus líderes federativos e concelhios eleitos, maioritariamente, através de listas únicas votadas com reduzida mobilização e participação militante e sem um programa concreto que refletisse um pensamento crítico e estratégico sobre a proposta de valor do PS para o cargo com que se candidataram.

Há uma enorme dificuldade em separar o exercício de cargos políticos com o exercício de funções públicas executivas, situação que tem levado a um excessivo acumular de funções, e à criação de circuitos de dependências e de caciquismo, que restringem a capacidade de



autocrítica e de regeneração do partido, que desmobilizam e desinteressam a participação militante, e que acarretam riscos de conflitos de interesse e de promiscuidade no exercício de cargos políticos.

É verdade que o Partido tem vencido eleições e continua a merecer a preferência dos portugueses, mas também é verdade que o partido tem tido dificuldade em reconhecer que cometeu erros nalgumas das suas escolhas, que preferiu uma ação política mais reativa e conjuntural, e que tem negligenciado um debate alargado, aberto e mobilizador sobre o seu futuro e sobre uma visão integrada e estratégica para o país.

No PS há militantes que refletem sobre esta realidade, se preocupam com o futuro do Partido e como ele influencia o futuro do país.

Militantes livres que hoje, como no passado, ousam em alertar para os riscos do unanimismo acrítico em torno das elites e dos círculos de influência do partido e para a importância de se voltar a ouvir e empoderar a base social de apoio do PS, e em apresentar e contribuir, de forma construtiva, com propostas alternativas concretas para melhorar a democracia no partido.

Esses militantes somos nós.

Somos os que, há muito, defendem e reclamam uma DEMOCRACIA PLENA no PS.

Sim, a nossa candidatura não tem o apoio de ilustres e notáveis do partido, de ministros, do grupo parlamentar ou de líderes de federações. Não o procurámos. Sabemos e até compreendemos que quem está no poder prefira o conforto e garantias do seu círculo de amizades, de influências e de privilégios.

Sim, o PS não são só os seus notáveis. O PS não são só aqueles que circunstancial e transitoriamente ocupam lugares de poder e que o defendem de forma acérrima.

O PS são muito mais do que eles.

São sobretudo aqueles militantes livres que neles confiaram o seu voto interno e desde esse momento nunca mais foram ouvidos. São sobretudo aqueles militantes livres que reclamam mais transparência, ética, participação, escrutínio, pluralidade e meritocracia dentro do próprio partido. São aqueles que acreditaram que o partido que os saberia ouvir e convidava a participar na construção conjunta de um futuro de liberdade, democracia e desenvolvimento. São os que se incomodam com os conflitos de interesse, com o unanimismo acrítico e com os processos opacos na escolha de candidatos.

São esses com que nos identificamos, e são para esses que nos dirigimos em primeiro lugar.

Para os verdadeiros militantes livres. Aqueles que não estão comprometidos nem dependem de lugares de nomeação política. Aqueles que de forma desinteressada não querem ser meros espectadores passivos apenas para preservar a comodidade conjuntural do status-quo do partido. Aqueles que são do PS pelo fundamentos e princípios da sua carta fundacional e que acreditam que podem contribuir para



O movimento por uma DEMOCRACIA PLENA não nasceu agora.

Ele já ousou expressar-se e teve a coragem de ir a votos nos últimos 3 congressos nacionais do Partido. Num contexto de forte apoio e reconhecimento partidário pelo trabalho do Secretário-Geral António Costa, o nosso movimento foi desvalorizado, abafado e até diminuído, sendo que raras vezes recebeu contraditório ou receptividade às suas propostas e preocupações.

Apesar das dificuldades, do boicote, da atitude pouco democrática das cúpulas do Partido, a mensagem da DEMOCRACIA PLENA chegou a muitos militantes livres, que concordando com a sua verdade, lhe confiaram o seu voto para eleger 12% dos membros da Comissão Nacional do Partido.

Na liderança deste movimento e sensibilidade interna, há um rosto que já merece o reconhecimento e gratidão do partido. Daniel Adrião é um homem de coragem, de coerência, de princípios e com uma frontalidade política que se torna um ativo importante e de enorme valor para o futuro do partido. É um homem de liberdade, defensor do pluralismo e do debate de ideias, mas que sabe defender e prestigiar o PS. É um homem que advoga a necessidade de se aprender com os erros cometidos, mas que intervém politicamente de forma saudável, tolerante e com elevado sentido ético, construtivo e colaborante.

Quando todos diziam estar tudo bem, ele teve a coragem de identificar e alertar para os riscos da excessiva concentração da decisão, dos conflitos de interesse no duplo exercício de cargos políticos e partidários, da desvalorização da pluralidade e do escrutínio interno, da crescente desmotivação para a participação e ação militante, do continuado insucesso na resposta a alguns temas essenciais no país.

Foi ignorado, criticado e até insultado. Mas foi resiliente e continuou a fazê-lo em nome da sua consciência e em representação de muitos que lhe pediam que não calasse a sua liberdade, razão e crítica construtiva.

Ignorar esse facto, é desrespeitar todos aqueles que já votaram na DEMOCRACIA PLENA por acreditam que o PS tem uma responsabilidade moral não só com o desenvolvimento equilibrado do país, mas também com a qualidade e verdade da sua democracia.

Quando o Partido atravessa um momento de enorme fragilidade e confiança pública e que necessita de reforçar a sua imagem de credibilidade, confiança e prestígio junto dos portugueses, a DEMOCRACIA PLENA não poderia deixar de se voltar a levantar e afirmar que está presente, disponível e motivada para ajudar a reerguer o PS. Não ir a debate, apoiar os putativos vencedores e negociar nos bastidores seria muito mais fácil, mas essa não é a essência ética e republicana da DEMOCRACIA PLENA. Estamos no combate político saudável pelas nossas ideias, pelos nossos valores e pela coerência com o afirmámos e continuamos a defender nas últimas 3 eleições para Secretário-Geral e para o Congresso do Partido.

Na DEMOCRACIA PLENA e apoiamos Daniel Adrião como candidato a Secretário-Geral do PS, e somos:



Aqueles que reclamam e reconhecem que o modelo atual de funcionamento do partido está desatualizado, não é atrativo e só facilita e aproveita ao caciquismo e vícios instalados.

Aqueles defendem que no PS não há “gente que não presta” ou que “mina o partido”.

Aqueles que acreditam que a coragem, a coerência e a verticalidade são parte essencial do que é ser militante socialista.

Aqueles que querem reforçar a confiança e credibilidade na democracia no PS e mobilizar o melhor do partido para servir Portugal.

Aqueles que acreditam que o país está à frente do partido e que o partido serve para servir o país e não para se servir do país.

3. * Os princípios fundacionais do partido, a organização do PS e respetiva capacidade de mobilização interna.

“Só é vencido quem desiste de lutar” – Mário Soares

Em 1973, sob o patrocínio do Partido Social-Democrata Alemão, os delegados dos socialistas portugueses reuniram-se em Bad Münstereifel para a reunião magna do Partido Socialista (PS). O PS surgira da força e da luta antifascista da longa noite de quase 48 anos, mas, sobretudo, de uma sucessão de vontades de três gerações que se sentiam representantes dos valores do socialismo democrático em Portugal. O PS nasceu assim: plural, de várias sensibilidades unidas em torno do eixo comum: socialismo em liberdade.

A primeira Declaração de Princípios do PS, publicada em setembro de 1973, inicia com o seguinte parágrafo: “o Partido Socialista é a associação política dos portugueses que procuram na democracia socialista a solução dos problemas nacionais e a resposta às exigências históricas do nosso tempo”. É nesse tempo histórico, no conhecimento e invocação dos legados também históricos, com coragem, responsabilidade e determinação, que partimos para a construção de um projeto de políticas públicas necessárias aos tempos modernos, assumindo no PS a sua missão natural de partido-charneira da democracia portuguesa.

É, pois, missão do PS a defesa e aprofundamento dos pilares da República e Europa Social, a ética republicana, as liberdades cívicas, o humanismo, a defesa e dignificação do trabalho, solidariedade, a justiça nos diversos campos, uma economia social de mercado, o cooperativismo e autogestão, a ecologia, a descentralização e regionalização.

O PS tem de responder às exigências históricas do nosso tempo porque em política não há espaços vazios e muito menos estáticos. Os cidadãos anseiam por um novo modelo de organização política, que não seja imposto de cima para baixo, mas que seja construído a partir das bases e da cidadania.



Que seja capaz de gerar uma democracia com maior qualidade, com novas práticas e protagonistas, que seja capaz de garantir níveis mais elevados de participação, de legitimação, de transparência, de combate à corrupção e às derivas populistas. Em suma, um sistema político mobilizador e credível, onde os cidadãos sejam parte integrante do processo de construção política, isto é, onde os cidadãos se sintam parte da solução.

Do ponto de vista da democratização interna, apesar do longo caminho a percorrer no PS, tem sido dos partidos portugueses precursores na introdução de experiências de democracia participativa. Por exemplo, foi dos primeiros a introduzir as eleições diretas para o cargo do Secretário-Geral e dos Presidentes das Federações e o primeiro a instituir umas primárias abertas aos simpatizantes para o candidato a Primeiro-Ministro.

As eleições primárias realizadas pelo PS a 28 de setembro de 2014, romperam com uma longa tradição partidocrática vigente em Portugal, inaugurando um novo “contrato político” entre o PS e os cidadãos. A expectativa de abertura do partido à sociedade civil, gerada por esta experiência inovadora, foi, todavia, lamentavelmente, defraudada com a decisão de não dar continuidade a essa experiência extraordinariamente bem-sucedida.

O PS, como maior partido de Portugal, tem de ser a referência de boas práticas de funcionamento partidário no nosso país, deve liderar pelo exemplo, deve ser o motor que puxa e contagia positivamente todos os partidos da democracia portuguesa. O PS deve ter como permanente preocupação e prioridade estratégia o estímulo à saudável renovação e regeneração do partido e do poder político tendo por base princípios de mérito, disponibilidade, e capacidade e vocação para ação política. Só assim poderá estar permanentemente atualizado e preparado para atender às exigências e expectativas dos cidadãos e para a prosperidade e coesão de Portugal.

Lamentavelmente, **o PS funciona cada vez mais em circuito fechado. As estruturas partidárias estão esvaziadas de competências substantivas, desnatadas de massa crítica e reduzidas a uma mera representação orgânica formal, sem qualquer intervenção ou participação na conceção das políticas do Partido. O aparelho partidário confunde-se cada vez mais com o aparelho do Estado e assiste-se a um exercício pouco transparente de nomeação de quadros partidários para altos cargos na Administração Pública, sem que se lhes conheça ou reconheça competências e mérito curricular para o exercício desse tipo de funções.**

As estruturas distritais e locais do Partido foram transformadas em meros apêndices funcionais, sem qualquer relevância ou massa crítica, cumprindo o mero objetivo de representação orgânica de base territorial, cuja utilidade se resume à dinamização de campanhas em períodos eleitorais. O funcionamento do Partido está cada vez mais verticalizado e exclusivamente assente num pequeno núcleo de pessoas da cúpula dirigente.

O PS está hoje cristalizado na sua elite dirigente, tendo sido transformado num mero apêndice do governo para fins eleitorais e sem qualquer ligação à sua base social de apoio. De igual modo, o conforto e o excesso de confiança decorrente de sucessivas vitórias eleitorais tiveram também um impacto perverso no ambiente interno de organização do partido.



Assistiu-se de forma progressiva ao desenvolvimento uma cultura de unanimismo em torno das posições e discurso das elites dirigentes que desincentivou o escrutínio e autoavaliação interno, e promoveu sentimentos de desconfiança, estranheza e negação por quem reivindicava a necessidade de maior reflexão e debate interno.

As eleições internas tendem a consubstanciar-se em meros atos regulamentares e formais, muito pouco participados e insuficientemente documentadas, na qual a grande maioria dos cargos em eleição são disputados por listas únicas maioritariamente compostas pelos militantes que ocupam cargos partidários ou públicos eleitos ou por nomeação. Como consequência, desmotiva-se a participação e mobilização militante, enfraquece-se o debate de ideias e a construção de respostas colaborativas, e dificulta-se a normal e saudável regeneração da estrutura dirigente e desenvolvimento de uma cultura de meritocracia dentro do partido.

Acresce que a informação dos atos eleitorais internos é difícil avaliação independente pelos militantes. Faltam canais que, de forma transparente e tempestiva, publicitem os níveis de mobilização e participação em cada sessão de voto e a respetiva evolução entre eleições, permitindo um melhor julgamento e comparação acerca das percepções, estímulos e confiança dos eleitores internos, em, e entre, todos os círculos eleitorais do Partido.

Um exemplo claro e significativo deste facto foi a última eleição para Secretário-Geral do Partido. Mesmo num cenário de grande prestígio e reconhecimento externo, e de quase total consenso interno, sobre a dimensão do trabalho e a personalidade política de António Costa, e ato eleitoral que permitia e facilitava o voto à distância de forma simples através do telemóvel, apenas cerca de 1/3 dos militantes inscritos se sentiu disponível e motivado para participar. Ou seja, num universo de mais de 80 mil militantes inscritos, apenas cerca de 25 mil militantes participaram na eleição mais importante do Partido. Foi o equivalente a uma média de apenas 8 votos por cada freguesia portuguesa, ou seja, um número inferior ao número de eleitos pelo PS para o exercício de cargos políticos! Um sinal muito preocupante de desmotivação, descrença e desmobilização interna.

Igualmente preocupante foi a aparente indiferença e desinteresse da organização do partido perante aqueles resultados. Cumprida que estava a legitimação dos eleitos e a obrigação estatutária, nada pareceu mais importar. Não houve preocupação em perceber o porquê de tao baixa participação, não houve ações para reforçar a confiança e interesse dos militantes.

Não, mesmo quando se ganha é preciso refletirmos sobre o que somos, como somos e o que deveremos e queremos ser. O conforto do status quo e o razão eloquente do *establishment* dominante são sempre conjunturais e condicionadas às circunstâncias dos ciclos políticos. O PS tem o dever ético e republicano de estar permanentemente preparado, sabendo ouvir os seus militantes, e sabendo motivar e mobilizar os seus melhores.

O PS deve ter a ambição de uma DEMOCRACIA PLENA como modelo de evolução e mobilização partidária.



4. *A ambição de uma Democracia Plena como modelo de evolução e mobilização partidária

"O partido não é um bloco monolítico. É o espaço da diversidade, da divergência e da construção conjunta.", Jorge Sampaio.

Vários estudos internacionais, realizados por organizações que se dedicam ao estudo da qualidade da democracia à escala global, têm vindo a registar uma crescente quebra de confiança dos cidadãos nas democracias representativas, quer ao nível das instituições políticas (apoio específico), quer ao nível da avaliação global da prestação democrática (apoio difuso).

As democracias representativas estão em profunda crise. As chamadas formas de intervenção política formal continuam em acelerado processo de deslegitimação democrática e erosão de representatividade. Quer por via dos crescentes níveis de abstenção, dos votos brancos e nulos, quer pelo aumento da base eleitoral dos partidos não comprometidos com o status quo.

Assistimos a um agravamento das condições de exercício da Democracia em Portugal, o que tem sido denunciado por organizações internacionais e se encontra espelhado em diversos indicadores. É um problema que já vem de trás, mas que se agravou particularmente durante a crise pandémica e com o estado de Emergência.

Há 48 anos os fundadores do nosso Partido lançaram-se na luta pela democracia política, económica, social e cultural do nosso país. Mas esta luta não é, nem pode ser, circunstancial e de momento. Ela é e deve ser permanente e diária. É esta a visão, o desiderato e o princípio da existência do movimento por uma DEMOCRACIA PLENA.

É fundamental lutar por uma nova agenda progressista para um Portugal e uma Europa mais justos e mais livres, mas também para um PS mais aberto e mais democrático. Um PS que não confunda o Estado com o Partido. Um PS dos militantes e simpatizantes. Enfim, um PS do povo.

A luta por uma DEMOCRACIA PLENA depende um choque democrático, ou seja, uma introdução corajosa e disruptiva de princípios, de confiança, de transparência, de instituições e de instrumentos que visem o aprofundamento e modernização democráticos do sistema político e partidário, atacando a raiz dos problemas. Um choque que estimule uma sociedade civil mais dinâmica, participativa, com maior consciência e preocupações cívicas, e mais exigente e atenta sobre a forma como é exercido o poder.

Somente com um choque democrático será possível recuperar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Por isso defendemos uma mudança de “alto a baixo” e de “baixo para cima” no sistema político, de modo a devolver o poder às pessoas, dar mais poder aos cidadãos e promover uma cultura política democrática de altos padrões de legitimidade, eficácia e responsabilidade na perspetiva dos princípios aplicáveis.



Choque democrático significa, pois, combater a impotência democrática e a imoralidade política, e mudar de paradigma quanto à eleição e exercício dos políticos; ao modo, escrutínio e responsabilização de fazer política; e quanto à abertura, estrutura, organização, funcionamento, processos e práticas dos partidos políticos, dirigentes e demais membros associados ou próximos do Partido Socialista.

Os Partidos podem promover uma democracia mais participativa e deliberativa, envolvendo os cidadãos no processo de decisão e apoiando a sua capacitação em assuntos de interesse público. A melhoria da transparência e a participação dos cidadãos no processo de decisão e de elaboração das políticas reforça a legitimidade democrática e a confiança. Há diminuta interação entre os partidos políticos e a educação para a cidadania.

Em Portugal há uma tradição de acumulação de poder num grupo muito limitado de pessoas. Trata-se de uma concentração de poder pernicioso, que não é saudável para o regime democrático. A melhor forma de evitar abusos de poder é a sua desconcentração e partilha. O poder deve estar distribuído por muitos e não concentrado nas mãos de poucos. O poder não pode ser exercido de forma incontinente e a existência de contrapoderes é fundamental para inibir comportamentos abusivos e desviantes.

A luta por uma DEMOCRACIA PLENA depende do exercício do poder de forma transparente, da existência de processos de avaliação robustos e independentes, e da ambição permanente por refrescar a política e de fomentar a renovação interna, tornando os partidos mais abertos e atrativos a novas militâncias e simpatizantes. Este é o caminho mais certo e direto para combater os movimentos extremistas e populistas e ao mesmo tempo procurar diminuir os níveis de elevada abstenção (a contrário do que se passa na Europa em que aquela vem diminuindo). Só assim diminuiremos a distância entre eleitos e eleitores.

A luta por uma DEMOCRACIA PLENA passa pela exigência de instituições plurais e contrapesos, dotadas de capacidade para exercerem as suas funções sem pressões e condicionamentos de interesses restritos, e de processos democráticos e de democratas como protagonistas e de democratas que possuam e estejam vinculados, nas suas condutas, a estritos princípios e controlos jurídicos e éticos.

5. * O retrato de Portugal, hiatos estratégicos e principais necessidades e expectativas dos portugueses

Muitos politólogos convergem na ideia de que nos encontramos perante uma crise da democracia representativa, um pouco por todo o mundo. É reconhecido o declínio da participação política em geral e da participação eleitoral em particular; a fraca congruência ideológica entre eleitores e eleitos; a fraca responsividade do sistema político; a diminuição dos níveis de confiança nas instituições; o declínio das clivagens sociais e das identidades partidárias do voto; a diminuição da militância partidária; a diminuição do “voto sincero” e o aumento do “voto tático”; o crescimento do voto “egocêntrico”, estruturado por razões de



curto prazo (economia, “casos” e “fait-divers” de campanha); o desalinhamento e a volatilidade eleitoral.

No passado mês de junho de 2023, o **Parlamento Europeu divulgou o último inquérito Eurobarómetro que mede o sentimento e principais preocupações da população europeia, nomeadamente no que se refere ao apoio dos cidadãos à democracia e a sensibilização para as próximas eleições europeias. Os resultados não poderiam ser mais claros e reveladores. A Democracia é o valor mais importante que os cidadãos europeus consideram a ser defendida pelo Parlamento Europeu. 37% dos inquiridos consideram a defesa da democracia a principal prioridade, seguida da proteção dos direitos humanos na UE e no mundo (28%), e da liberdade de expressão e de pensamento (27%).**

Em Portugal, também é a democracia o primeiro dos valores a preservar pela Europa (35%), seguida pela solidariedade entre Estados-Membros e regiões (32%) e pela proteção dos direitos humanos (31%). A grande maioria dos portugueses tem um sentimento positivo e favorável à integração europeia, mas apenas cerca de metade acredita que a sua voz conta para as decisões europeias.

Em termos de prioridades de ação, os cidadãos portugueses (54%), querem que o Parlamento Europeu ponha a luta contra a pobreza e a exclusão social em primeiro lugar, seguida, do apoio à economia e à criação de novos postos de trabalho (49%) e a saúde pública (45%). Do lado oposto, 67% dos portugueses tem um sentimento negativo acerca da luta contra a corrupção, 54% está insatisfeito com os partidos políticos e 36% não confia no sistema político.

Desde a implementação da Democracia em Portugal, o nosso país evolui em muitos índices de desenvolvimento humano. Somos um país livre, bem integrado nas relações com os outros povos que cumpre na generalidade os princípios fundamentais dos direitos humanos, com um sistema político pluralista e com uma economia de mercado concorrencial e aberta. Desde a adesão à CEE e depois à UE, Portugal recebeu muitos milhares de milhões de euros de apoios para apoiar o seu desenvolvimento. E houve áreas onde conseguimos aproveitar esse esforço. No entanto, sejamos intelectualmente honestos, houve também muito desperdício, ineficiência e má governação. O que é facto, é que poderíamos estar ainda muito melhor. Há fragilidades económicas e riscos demográficos que Portugal deve enfrentar de forma mais eficaz, com políticas públicas inovadoras e progressistas.

Apesar de muito discutida e das medidas que tem vindo a ser tomadas, casos mediáticos de corrupção envolvendo notáveis e elites em muitas das áreas e entidades relevantes da sociedade e da economia nacional, nomeadamente no setor público, tem diminuído a confiança dos portugueses no prestígio e qualidade da democracia portuguesa

No Índice de Perceção da Corrupção 2022 da *Transparency International* (TI), Portugal ocupa o 33º lugar, um dos mais baixos dos países da União Europeia, não apresentando níveis de melhoria relevantes desde a criação do índice em 2012. Este facto traduz um claro falhanço das políticas públicas e das instituições da república em aumentar os níveis de confiança dos cidadãos sobre a integridade e credibilidade do funcionamento da nossa



democracia. Também no último Global Corruption Barometer da TI (2021) 41% dos portugueses afirmaram ter sentido um aumento de corrupção no último ano, e 27% dos portugueses acredita que existe corrupção entre os eleitos para a Assembleia da República.

No plano económico, e impulsionado por vários fatores, nomeadamente o forte crescimento do turismo, o investimento estrangeiro e a recuperação da economia global, Portugal registou nos últimos anos um crescimento económico significativo, e até superior ao da média da União Europeia, tendo também conseguido reverter o seu ciclo de crónicos déficits orçamentais crónicos e diminuído o peso da dívida pública em função do PIB.

No entanto, Portugal ainda enfrenta alguns desafios económicos, como a elevada dívida pública e endividamento externo, a baixa produtividade e a escassez e capacidade de retenção e atração de mão-de-obra qualificada. **Portugal é o sétimo país com menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita da União Europeia, apresentando apenas 77% da média europeia**, e tendo sido ultrapassado em 2022 pelas economias da Estónia e da Letónia. Por outro lado, o nível de endividamento da economia é atualmente equivalente a 306,5% do PIB, tendo batido um recorde histórico superando os 811 mil milhões de euros.

No plano social, Portugal apresenta indicadores muito positivos, como a taxa de alfabetização, a esperança média de vida e a taxa de mortalidade infantil. No entanto, o país também continua a enfrentar desafios sociais crónicos, como os níveis de pobreza, a desigualdade e a emigração da sua geração mais jovem e qualificada. **A pobreza é um problema persistente em Portugal, afetando cerca de 17% da população portuguesa**. Em 2021, 1,7 milhões de pessoas encontrava-se em risco de pobreza em Portugal, auferindo rendimentos inferiores a 551 euros mensais, sendo que é entre os mais velhos (65 anos ou mais) e as crianças e jovens (menos de 18 anos) que se evidencia maior vulnerabilidade. Estamos por isso ainda longe de atingir o objetivo de restringir a 10% a taxa de pobreza em Portugal.

Portugal é também o país da União Europeia onde o índice de envelhecimento — o rácio entre o grupo dos mais velhos (a partir dos 65 anos) e o dos mais novos (0 a 14 anos) tem crescido com maior rapidez nos últimos anos. O envelhecimento demográfico é um desafio para as finanças públicas portuguesas, estimando-se que o rácio de dependência dos idosos de Portugal possa ascender a 62,8% em 2050, o mais alto entre os Estados-membros.

Apesar do grande aumento na despesa pública para apoios sociais, os níveis de desigualdade social em Portugal continuam muito elevados, com 10% dos mais ricos a acumularem 25% do rendimento do país. **Portugal é o quinto país mais desigual da União Europeia e também da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico**. Continuamos a refletir fracos índices de mobilidade social e níveis elevados de sentimentos de injustiça social.

Para DEMOCRACIA PLENA este retrato não é novo, nem inesperado. Há muito que reivindicamos a responsabilidade do PS em pugnar para que o desenvolvimento de Portugal seja assente, em primeiro lugar, sobre dois desígnios fundamentais: Em primeiro lugar, uma



democracia de qualidade geradora de confiança e credibilidade nas instituições públicas e mobilizadora da participação cívica. Uma democracia suportada por uma governação transparente e com elevado sentido de ética e integridade, com uma gestão equilibrada e eficiente dos recursos públicos e serviços públicos dotados de capacidade efetiva para o exercício pleno e isento das suas missões. **Em segundo lugar, o alinhamento, a consolidação e mobilização da sociedade para uma visão estratégica integrada de modernização e transformação sustentável para o país** que nos permita combater as fragilidades económicas crónicas e de posicionamento competitivo que nos têm limitado a capacidade de diminuir a pobreza e as desigualdades sociais e económicas que ainda existem em várias das dimensões sociais e territoriais do país.

Os próximos anos serão ainda de enorme exigência para Portugal. As tensões económicas mundiais provocadas, em primeiro lugar, pela necessidade de conciliar interesses divergentes entre as preocupações ambientais e preocupações de crescimento económico, e em segundo lugar, pelos cenários de guerra decorrente da invasão de Ucrânia pela Rússia criaram pressões muito significativas nos preços da energia que determinaram um forte aumento dos níveis de inflação e de taxas de juros para valores que os portugueses já não vivenciavam há muitos anos.

A inflação e a alta de taxas de juro são um problema real para um país com elevados níveis de pobreza e endividamento que se podem transformar numa forte crise política, económica e social para Portugal. No último ano, foi visível um forte aumento da contestação social em áreas fundamentais da sociedade portuguesa, incluindo, nomeadamente, na Educação, na Saúde e nos serviços e administração pública. A emergência social tornou-se também mais pronunciada com as instituições de apoio social a alertarem para um forte aumento nos pedidos de apoio que estão a receber e que têm de dar resposta.

E é neste contexto político que o país enfrenta um cenário de eleições antecipadas.

6. * O contexto político e o cenário de eleições antecipadas em Portugal

A crise política provocada pela “operação influencer” veio adensar o já significativo sentimento de forte desconfiança e de falta de credibilidade sobre as instituições do Estado, aumentando a suspeição sobre a existência de círculos interesses que corroem o normal funcionamento dos mecanismos de regulação da República para conseguir sobrepor interesses privados sobre o interesse público. **O PS foi visado de forma significativa na sua reputação pública que tornou inevitável a admissão do governo e a convocação de eleições antecipadas pelo Presidente da República.**

Mas, como referimos, **o cenário de instabilidade política não é apenas recente e conjuntural.** Apesar do crescimento económico registado nos últimos anos, dos bons resultados nas contas públicas e da evolução positiva dos indicadores de emprego, o país tinha vindo a registar um conjunto de manifestações, reivindicações e de greves sucessivas em setores-chave do



domínio social que foram intensamente aproveitados e acicatados por todos os partidos da oposição para atacar o PS e provocar um cenário de dificuldade e de pressão governativa que obrigou a fechar-se sobre si mesmo para proteger as suas políticas e a sua maioria parlamentar.

A agravar, e apesar da maioria absoluta do PS, assistimos também a conjunto significativo e sucessivo de demissões de membros de governo envolvidos em casos mediáticos que envolvem suspeitas de corrupção, má despesa pública ou descoordenação governamental, facto que foi capitalizado pela oposição, à esquerda e à direita do PS, para desgastar, ainda mais, a imagem pública Governo, e causou várias perturbações nas relações institucionais entre a Presidência da República e o Governo.

É verdade que o contexto de maioria absoluta permitiu ao partido manter um voo rumo determinado e afirmativo sobre as suas opções políticas, mas também lhe exigiu uma permanente atitude de defesa, para explicar e posicionar publicamente as medidas que tomou no contexto de forte oposição partidária e contestação popular. Esta situação desfocou e diminuiu a disponibilidade e capacidade do Partido e do Governo para discutir de forma alargada as suas propostas políticas e procurar acordos partidários que lhe permitissem um maior consenso e amplitude de alcance.

O cenário político e parlamentar com que enfrentamos as próximas eleições legislativas é muito difícil. Há muito que a nossa democracia perdeu o bom hábito de procurar consensos e acordos alargados que permitam encontrar soluções estruturantes e estruturadas para o desenvolvimento do país. A obsessão pelo poder tem feito a oposição privilegiar a crítica fácil, demagógica e populista, em detrimento do escrutínio fundamentado e construtivo que permite aproximar posições alargadas e em alcançar posições colaborantes para os desafios, oportunidades e ameaças que o país enfrenta.

Não sejamos ingênuos, da Esquerda à Direita, a campanha eleitoral que se aproxima irá ser, previsivelmente, centrada em 2 vetores e lugares-comuns: Por um lado, todos os partidos irão afirmar que defendem e tem propostas para mais e melhor saúde, educação e habitação para os portugueses. Todos prometeram aumentar os rendimentos dos mais desfavorecidos e da classe média, atender às reivindicações das classes com maior impacto social, e reduzir os impostos pagos pela maioria dos portugueses. Por outro, e perante a incapacidade de apresentarem medidas concretas e fundamentadas de como atingirão aquelas promessas, irão colocarão o PS e o seu Governo no centro do ataque político partidário, tendo como primeiro objetivo impedir uma nova maioria absoluta

À esquerda, os anteriores parceiros da Geringonça sabem que nestas eleições têm de fazer uma prova de vida partidária e recuperar a força eleitoral que tinham antes de 2021. Não são partidos de governo, não podem, nem irão, por isso, reduzir um ataque cerrado ao PS colando-o a uma imagem de neoliberalismo, insensibilidade social e subserviência aos ditames da União Europeia e do poder económico. Um discurso déjà vú, vazio de ideais e sem medidas concretas, de pura demagogia política e que apenas objetiva canibalizar o eleitorado de esquerda para aumentar o seu poder negocial no futuro quadro parlamentar.



À direita, o PS é também o alvo a abater. Haverá objetivamente um discurso concertado de moderação centrado no ataque ao PS para captação do eleitorado de centro, incluído o eleitorado de centro-esquerda descontente ou desiludido com a governação socialista. Irão criar anátemas e fantasmas sobre os perigos de uma nova maioria parlamentar dependente dos partidos radicais da Geringonça que, mesmo perante uma guerra na Europa, continuam a atacar a Nato, a União Europeia e a economia de mercado.

O Chega, um partido com ideias perigosas para a democracia, e que todos dizem rejeitar, mas cujas sondagens apontam para cerca de 15% do eleitorado, terá a autonomia, o palco e uma presença mediática forte para aumentar o seu discurso de enorme populismo, radicalismos e demagogia política contra o PS, centrado nos temas de corrupção e na integridade dos dirigentes do PS.

O PS tem, por isso, de ser um adulto na sala da política portuguesa. O PS não deve distrair a sua mensagem na sua permanente defesa e na resposta às provocações dos partidos da oposição.

A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS deve centrar o seu discurso político na discussão de ideias para o futuro do país, na defesa das suas prioridades políticas para a melhorar a qualidade da Democracia portuguesa, diminuir desigualdades e aumentar a riqueza per capita do país.

O PS é o partido da democracia portuguesa. O PS tem um legado histórico na fundação e enraizamento da democracia portuguesa que se deve orgulhar e saber honrar. **O PS deve estar aberto e preparado para qualquer cenário político que decorra das próximas eleições e colocar Portugal como sua principal prioridade.** Ao contrário da atitude dos outros, o PS não se deve centrar em procurar desculpas e de permanente ataque partidário, o PS deve mostrar uma atitude diferente, de ética republicana superior e estar disponível para encontrar soluções e respostas que permitam a estabilidade e desenvolvimento para o país.

A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS tenha uma postura de elevação e decência política nesta campanha eleitoral, que se diferencie, dos outros partidos, pela forma como se faz política. O PS não deve sucumbir ao jogo fácil do populismo e dos fantasmas políticos contra os seus adversários políticos. O PS deve falar verdade, ser transparente, claro e objetivo nas suas mensagens políticas, mostrando como são robustas e se diferenciam, para melhor, da superficialidade, falta de rigor e demagogia das mensagens dos outros partidos.

7. * As eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu

Em 2024, Portugal terá dois atos eleitorais de dimensão nacional. Em março eleições legislativas para a Assembleia da República, e em junho eleições para o Parlamento Europeu. São eleições de enorme importância para o país, mas com características e níveis de interesse e mobilização para a votação muito diferentes.



As eleições legislativas, quer por serem as primeiras, mas sobretudo por decorrerem de um processo forçado e inesperado de eleições antecipadas, são claramente as mais difíceis e aquelas onde o PS enfrenta maiores riscos e ameaças para o seu futuro político e defesa das suas ideias.

Por tudo o que foi dito atrás, todos no PS temos consciência que será muito difícil ao Partido voltar a vencer as eleições legislativas com maioria absoluta. O PS deve estar preparado para todos os cenários parlamentares que resultem das próximas eleições, incluindo o caso de não ser o partido mais votado na Assembleia da República e de existir uma possibilidade de maioria de Direita no parlamento.

O PS deve estar preparado para a existência de coligações pré-eleitorais à Direita, nomeadamente, entre PSD e CDS, e até a Iniciativa liberal, para reforçar a capacidade de eleição de mais deputados pela aplicação do método de Hondt. O PS deve estar preparado para uma estratégia concertada do PCP, do BE e do Livre para disputar acérrimamente o eleitorado volátil de esquerda do PS, com o argumento que tal obrigará o PS a negociar uma governação à esquerda num cenário de minoria parlamentar.

Mas o PS deve e tem de “ir a jogo” para ganhar. Essa é a sua primeira responsabilidade como maior Partido de Portugal, e para isso deve, em primeiro lugar, ser capaz de mobilizar os seus próprios militantes, simpatizantes e apoiantes para que voltem a acreditar no PS para governar Portugal.

Concluídas as eleições, o PS tem de ser parte da solução para permitir a construção de um governo que permita a necessária estabilidade ao país.

A DEMOCRACIA PLENA defende que se o PS vencer com minoria, deve procurar acordos de regimes que permitam um quadro parlamentar que lhe permita apresentar um governo e um programa capaz de merecer a aprovação da Assembleia da República. No entanto, se perder com para uma maioria parlamentar dos partidos de Direita, o PS deve estar disponível para negociar um posicionamento político em matérias fundamentais do regime, que permitam que o Governo da República não fique refém dos ditames populistas e perigosos do Chega.

O PS deve estar disponível para criar pontes e procurar consensos e soluções concertadas com os partidos da oposição para concertar respostas orientadas às prioridades estratégicas do país. Sim, é possível articular e cooperar, num quadro de responsabilidades partilhadas, em matérias de pactos de regime que permitam opções de longo prazo e reformas estruturais que melhorem o funcionamento na nossa democracia e respetivo nível de desenvolvimento.

O PS apenas não pode estar disponível para abdicar dos seus princípios fundacionais do nomeadamente a defesa dos princípios da social-democracia, da economia de mercado, da meritocracia e da liberdade individual, do europeísmo e do atlantismo, dos valores e princípios éticos republicanos.



A DEMOCRACIA PLENA acredita que, com exceção do Chega, cuja essência ideológica não é de construção, mas de divisão e separação, é possível encontrar ambições e vontades comuns com todos os nossos adversários políticos.

Por exemplo, à Direita, é possível negociar com a Iniciativa liberal (IL) em matérias como, a simplificação de procedimentos e desburocratização do Estado, a eficiência e boa governança da Administração Pública, em estímulos à competitividade das empresas, ou à criação de respostas que retenham talento em Portugal. Não é possível negociar com a IL matérias que limitem o papel do Estado como agente regulador dos desequilíbrios económicos, ou da remoção de mecanismos que permitam a utilização abusiva de instrumentos financeiros e económicos que levem ao aumento das injustiças e das desigualdades sociais.

Como exemplo à Esquerda, é possível concertar posições que o Partido Comunista em políticas que melhoram o ambiente laboral, diminuem as desigualdades nas empresas e dinamizem a concertação coletiva do trabalho, que dinamizem as micro e pequenas empresas, e fomentem o movimento cooperativo nomeadamente no setor da habitação, que reforcem o papel estratégico do 3º setor, incluindo do associativismo e do coletivismo de base local. Mas o PD não se pode deixar condicionar pelo PCP em matérias de controlo da despesa pública e de equilíbrio das contas públicas, de apoio às empresas e competitividade fiscal e económica, e de política internacional, nomeadamente, no quadro da União Europeia e da Nato.

Se o PS conseguir merecer a confiança maioritária dos portugueses, o PS deve mobilizar os seus melhores, mais motivados e capacitados para estarem totalmente concentrados na governação do país de acordo com o programa que propôs e que for sufragado pelos portugueses.

Neste quadro, a DEMOCRACIA PLENA defende que o PS, enquanto partido político, não deve ter um posicionamento de mera aprovação intransigente e seguidismo acrítico da atividade do governo e das medidas que este propõe.

Mesmo governando, o PS deve também manter a capacidade de se escrutinar e autoavaliar de forma permanente, criar mecanismos internos de responsabilidade e de cooperação que assegurem que o exercício da atividade partidária se mantém aberta, ativa, mobilizadora e vigilante, de forma a complementar e apoiar de forma construtiva, proativa e inteligente a atividade do governo.

Para tal a DEMOCRACIA PLENA, e em linha com as melhores práticas observadas em outros partidos socialistas europeus, e como adiante explicamos, defende a separação clara entre a liderança do partido e o exercício de cargos políticos executivos.

As eleições para o Parlamento Europeu, em junho, serão muito condicionadas pelo cenário político e parlamentar que decorrer das eleições legislativas de março. Se o PS vencer as legislativas tem todas as condições para voltar a vencer as europeias. Nestas eleições, o cenário de coligações partidárias não terá a relevância que tem em eleições para o



parlamento europeu. Por isso, a abordagem política para estas eleições deve ser efetuada de forma inteligente, antecipada e mobilizadora.

8. * 3 Pilares de orientação Estratégica – 9 ambições e propostas para o país

Uma moção de estratégia nacional ao congresso ao Partido Socialista pode e deve expressar, a visão e as principais prioridades de orientação e intervenção estratégica dos seus subscritores, mas não é, nem poderia ser, uma proposta de programa de governo que apresente propostas concretas para resolver todos os problemas do país.

O programa de governo é um trabalho muito mais exaustivo e detalhado que deve envolver os melhores do partido em cada área e setor da sociedade civil e que, orientados e suportados pelos princípios e valores do Partido, e pelos fundamentos, opções e prioridades definidos da moção de estratégia que for aprovada em Congresso Nacional, propõe ao Secretariado Nacional e demais órgãos nacionais as medidas e ações que consideram mais eficazes para atingir os objetivos programáticos que o Partido defende para o país.

Na DEMOCRACIA PLENA não nos arrogamos como os militantes únicos e mais capazes do Partido ou como aqueles que têm as melhores e mais bem suportadas respostas para o Partido propor ao eleitorado. Sabemos que essas respostas virão, e terão de vir, do aprofundamento de um debate interno profundo e refletido sobre os problemas do País, debate esse para o qual reivindicamos direito e o dever republicano de participar e contribuir.

Mas na DEMOCRACIA PLENA há princípios e pilares de orientação estratégica dos quais não abdicamos na sua defesa intransigente. Uma visão de modernidade e desenvolvimento para o país depende não só de políticas económicas, mas também e sobretudo da melhoria da forma como se faz política em Portugal.

Não há uma visão de futuro para Portugal se não continuarmos um esforço contínuo e exigente de melhoria da qualidade da nossa Democracia e do reforço da confiança e credibilidade das instituições da República. Não saberemos contribuir para uma melhor Democracia, se não formos capazes de sermos exigentes com o próprio Partido, com o seu funcionamento e com a sua capacidade de aproveitar e estimular os seus melhores.

A visão da DEMOCRACIA PLENA suporta-se sobre 3 pilares fundamentais: O Partido, A Democracia e o Futuro de Portugal.

Para cada pilar defendemos 3 ambições estratégicas as quais acreditamos serem a alavanca de governação que estimulará o melhor das capacidades e vontades internas para trabalhar de forma integrada e colaborante para endereçar as melhores respostas para a globalidade dos problemas essenciais do país. 3 Pilares – 9 Ambições.



9. * O Partido – Pluralidade, Participação e Segregação de competências

50 anos depois do 25 de abril a nossa democracia portuguesa enfrenta um dos seus períodos mais críticos e desafiantes. Os extremismos e o populismo político assentes em mensagens enviesadas, enganadoras e antidemocráticas atraem cada vez mais pessoas. Tudo pelo cansaço, desânimo e revolta contra um funcionamento de estado que sobre a qual sentem existir uma nebulosa cultura de opacidade, compadrio e falta de transparência na decisão política.

50 anos de Democracia, são 50 anos de sonhos e esperanças. É legítimo e saudável, questionarmos, onde estamos e onde poderíamos estar? Comparamo-nos com outros e sentimos que poderíamos ter alcançado mais. Porque tivemos a oportunidade, tínhamos a capacidade, ousámos acreditar.

Pela reiterada confiança que tem tido dos portugueses, compete ao PS a responsabilidade ética e moral de estar na primeira linha de defesa para não permitir que a nossa democracia adoeça. O PS tem de ser um exemplo de força e afirmação, e para isso tem também o dever de dar o exemplo. Infelizmente, são cada vez mais os sinais de que o PS começa a falhar na demonstração prática das suas convicções.

O PS é e deve continuar a ser o partido basilar dos princípios e da ambição democrática do Portugal de abril. Para isso deve ser sempre um bom exemplo. Ser uma referência de democracia na forma como se organiza e funciona.

Sendo transparente, plural e falando a verdade. Sempre.

O PS deve ter como ambição clara da sua ação partidária o recuperar da esperança e confiança dos cidadãos pelos partidos moderados e pela democracia plena e plural.

É essa a nossa prioridade, é essa a essência da DEMOCRACIA PLENA.

Para tal advogamos:

9.1. * Ouvir e empoderar os militantes nas escolhas do partido

"Acredito profundamente que a democracia se fortalece com a diversidade e a participação de todos.", António Guterres.

Não, esta frase e outras semelhantes de grandes líderes e fundadores do PD, não foram ditas por mera conveniência partidária de momento. Elas foram sentidas e afirmadas com a firme convicção e sentido ideológico de quem reconhece e defende que o espírito fundacional do Partido Socialista assenta quer na valorização do pluralismo e da diversidade interna de opiniões, quer na defesa intransigente da democracia no seu modelo de organização e funcionamento.



Sim, foram estes valores e princípios que fizeram do Partido Socialista o partido fundamental na conquista da Liberdade e na construção da democracia no pós 25 de abril de 1974. Sim, foi a firmeza incondicional e intransigente pelo pluralismo e direitos democráticos e por visão progressista, transformadora e centrada do interesse público que conquistaram e fizeram merecer a confiança e mobilização dos portugueses para fazerem do Partido Socialista como o mais vencedor nos 50 anos que levamos de Democracia.

Mas há momentos em que muitos sentimos que algo não está bem. Que nos acomodámos e ficámos com medo. Que nos centramos a defender o “status quo”, ao invés de aceitarmos a aprender e a crescer com os nossos próprios erros. É um círculo perigoso e que viciosamente nos prende às amarras das nossas próprias limitações. Com insistência, de uma forma tão subtil como perversa, a inércia acomoda a vontade, a conveniência absorve a visão, o círculo domina o interesse e a aparência vicia a verdade.

No final, onde existiam valores e princípios, nascem anátemas e desconfianças. Onde se proclamava abertura e mobilização exige-se unanimismo acrítico que preserve a comodidade. A democracia adoce, faz desconfiar da sua credibilidade e perde reputação. Perdem-se equilíbrios, desprotege-se a liberdade, ganham os extremos.

A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS seja um partido que seja construído de baixo para cima e não de cima para baixo. Um partido em que os candidatos a titulares de cargos políticos são escolhidos pela base social de apoio e não pela elite do partido. Nós queremos que sejam os militantes a escolher os candidatos a deputados.

Queremos voltar a empoderar os militantes, conferindo-lhes o poder de decisão na escolha dos candidatos a titulares cargos políticos, quer a nível autárquico, quer a nível nacional, designadamente para a escolha dos candidatos a Deputados à Assembleia da República.

Por isso, exigimos um novo método de recrutamento e seleção da classe política, cujos critérios não sejam a fidelidade canina e o seguidismo, mas o trabalho, a competência, o mérito e a proximidade às pessoas.

O PS deve promover uma reforma de funcionamento organizacional que aumente a democratização interna, definindo uma reforma estatutária, dos direitos e deveres dos militantes ao reforço da matriz livre, plural e democrática do PS, com exercício do poder militante para os militantes, sem manipulações e aproveitamento pessoais.

Na DEMOCRACIA PLENA queremos promover o aumento da democracia interna no Partido Socialista, de forma transparente, que a cada militante e a cada simpatizante caiba um voto. Que aqueles que pretendam representar o partido sejam submetidos a eleições primárias, que a sua integridade seja avaliada pelo órgão jurisdicional e depois pelos militantes e simpatizantes eleitores, para que não mais contribuamos para que as “claques” decidam quem são os candidatos a representar o partido, pouco relevando a integridade, o percurso ou a adequação ao cargo.

A DEMOCRACIA PLENA defende que processo das primárias urge ser retomado e alargado, quer para a eleição da liderança do partido, quer para a eleição dos candidatos a titulares



de cargos políticos. As eleições Primárias não são apenas para momentos “especiais” da vida interna do partido, são para todos os momentos em que esteja em causa a representação do partido.

Na DEMOCRACIA PLENA temos uma visão clara e uma ambição reformista para aumentar o poder dos militantes dentro do Partido Socialista. Por isso defendemos:

- **Introduzir as Eleições Primárias**, para a eleição de candidatos do PS para Primeiro-Ministro (PM); Deputados à Assembleia da República; Deputados ao Parlamento Europeu; Presidente dos Governos da Madeira e dos Açores; Deputados às Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores; Presidentes de Câmaras Municipais e de Juntas de Freguesia.
- **Institucionalizar, estatutariamente, um órgão permanente de participação**, debate e produção de pensamento, propostas e práticas políticas e públicas (que conjugue a abordagem “top-down” dos “Estados Gerais” com a abordagem ‘bottom-up’ do “LIPP”, e incorpore o âmbito dos gabinetes de estudos do PS).
- **Instituir o sistema eleitoral de representação proporcional** para a eleição dos membros de todos os órgãos deliberativos (executivos, jurisdicionais e financeiros) do Partido, através do método da média mais alta de Hondt, exceto os órgãos uninominais que são eleitos pelo sistema maioritário.
- **Introduzir o voto secreto nas eleições para órgãos** e votações relativas a pessoas (substituindo o tradicional voto por braço no ar).

9.2. * Prestação de contas e separação clara entre o exercício de cargos partidários e de cargos públicos.

Uma das características mais demarcadas do atual perfil dos líderes nacionais e locais do Partido Socialista é a de que a grande maioria também foi eleito ou nomeado para o exercício de funções públicas executivas. Embora esta dupla responsabilidade não consubstancie, em si, uma incompatibilidade legal, ela tem é suscetível de provocar perversões operacionais que recomendam fortemente que o Partido reflita fortemente sobre a respectiva compatibilidade e utilidade, quer para o bom funcionamento do partido, quer para a eficiência e qualidade da ação executiva.

A ausência de uma separação clara entre o Partido e o exercício de funções públicas tende a promover circuitos internos e fechados de poder dentro do Partido para facilitar, preservar e perpetuar o acesso a cargos políticos. Este facto é gerador de conflitos de interesses, é desmobilizador da participação militante e da meritocracia, é promotor de opacidade na



prestação de contas internas e de baixa capacidade crítica na avaliação dos resultados propostos e alcançados pelos próprios eleitos.

A prioridade do exercício das funções públicas, limita também a disponibilidade e desfoca a atenção dos eleitos do PS para um pleno exercício das suas responsabilidades enquanto líderes do Partido, reduzindo a capacidade do Partido em ser um contribuinte ativo e colaborante com soluções que melhorem a governação pública, tornando-o, essencialmente uma caixa de ressonância e de apoio acrítico à atividade política dos eleitos. Isso não só diminui a qualidade da democracia do Partido, como também diminui a sua própria importância e utilidade cívica quando os seus eleitos exercem funções executivas.

Com a criação da figura de Secretário-Geral Adjunto, o Partido reconheceu a limitação efetiva do primeiro-ministro liderar também a organização do Partido. Não era humanamente possível serem ambas exercidas de forma plena pela mesma pessoa. Foi um passo importante, mas não suficiente. O Secretário-Geral Adjunto não tem o poder da eleição direta, não é reconhecido pelos seus pares nem pelos Partidos da Oposição como um verdadeiro líder do partido, não lhe é reconhecida autoridade, nem independência técnica para liderar e coordenar a atividade do Partido.

Quer a nível nacional, quer a nível local, o Partido não pode ser a sua autonomia e capacidade de intervenção dependente da delegação em adjuntos escolhidos pelos líderes do Partido em funções executivas que não têm tempo, ou vontade, em assumir as suas responsabilidades como eleitos internos.

A DEMOCRACIA PLENA defende uma separação clara entre quem exerce cargos dirigentes executivos no partido e quem exerce cargos governamentais, separando o aparelho do partido do aparelho do Estado e promovendo uma maior capacidade de escrutínio e fiscalização da ação do próprio partido e dos seus eleitos e representantes. Estimulando o pensamento crítico, a responsabilização, mobilizando o partido para a construção de soluções para o país que sejam mais participadas e colaborativas e melhor reflitam as reais preocupações dos militantes e da sua base social de apoio.

Na DEMOCRACIA PLENA temos uma visão clara acerca das responsabilidades dos líderes partidários e dos eleitos pelo Partido Socialista. Por isso defendemos:

- **Separar o Estado (governos) do partido:** proibir a acumulação de cargos partidários executivos e cargos governamentais nacionais, regionais e locais (ex.: entre SG e PM, entre Secretariado Nacional/Presidentes das Federações e membros do Governo, ou presidentes de câmara, ou presidentes de junta) e entre cargos executivos públicos e cargos partidários eleitos ou nomeados pelo partido.
- **Proibir a acumulação de funções políticas executivas:** aos titulares de cargos ou membros de órgãos políticos executivos locais, aos titulares de cargos ou membros de órgãos partidários executivos; aos deputados nacionais e regionais com o exercício de cargos executivos do Poder Local (nomeadamente nas Câmaras Municipais e nas



Juntas de Freguesia), bem como limitar a dois mandatos sucessivos, no mesmo cargo ou função, todos os eleitos internamente no partido.

9.3. * Funcionamento mais transparente, democrático e mobilizador.

“[o PS] tem de ser refundado de alguma maneira, tem de ser melhorado, tem de discutir política a sério e tem de ter política a sério e grandes ideias para o futuro!” MÁRIO SOARES (2011)

Um Partido moderno e à altura da evolução e dos desafios emergentes da sociedade é aquele que reconhece a permanente necessidade inovar, transformar e adequar o seu modelo de funcionamento e organização às necessidades e exigências da sua base militante, tornando-o mais transparente, atrativo, mobilizador e participado, e aumentando a capacidade de comunicação e de interação com a sociedade civil.

O PS precisa de reativar a militância. De reforçar a intensidade e utilidade da participação dos militantes na vida interna do Partido. De refletir sobre a densidade da presença de independentes nas nossas listas e no que isso representa para a utilidade e relevância da militância. O Partido precisa de refletir sobre as taxas de abstenção em eleições internas, na dificuldade de organizar candidaturas e contactar todos os militantes inativos ou que deixaram essa condição e procurar saber as razões dessa inação ou saídas e agir no sentido de corrigir as disfunções ou ineficiências que levaram a essas condições.

É preciso repensar a organização setorial e local do partido criando condições para que exista atividade fora dos períodos eleitorais e grupos organizados de militantes bem informadas e capacitados para ajudar a ação executiva dos eleitos do Partido na avaliação e diagnóstico dos problemas, em propor e recomendar soluções e medidas e, em alertar para riscos e ameaças emergentes.

Na DEMOCRACIA PLENA queremos reforçar as formas de participação dos militantes para que seja mais eficaz e não meramente aparente ou formal. As sugestões e reclamações nas assembleias de militantes devem ter seguimento e continuidade e não serem apenas formalismos ou exercícios catárticos para a militância descontente com uma determinada opção política ou direção, mas instrumentos reais e concretos de ação e estratégia política.

Mas não basta aumentar as formas e canais de participação. **O Partido só será verdadeiramente mobilizador se também demonstrar padrões de exigência ética no seu funcionamento capazes de gerar elevados níveis de confiança e a credibilidade junto dos seus militantes e simpatizantes.** Isto faz-se com uma cultura permanente de transparência, de prestação de contas e de condutas de integridade que honre e respeite os seus valores fundacionais.



Na DEMOCRACIA PLENA temos uma visão clara e uma ambição reformista do modelo de funcionamento do Partido Socialista. Por isso defendemos:

- **Aprovar uma Declaração de Direitos e Deveres do Partido Socialista, alinhada com a Declaração de Princípios do Partido**, um Código de Ética e Boa Conduta do PS, focado nas atitudes e procedimentos eleitorais (pré, durante e pós período eleitoral), cuja subscrição seja obrigatória para todos os candidatos a eleições ou nomeados pelos órgãos do partido.
- **Reforçar os mecanismos de transparência, controlo interno e de prestação de contas do Partido**, instituindo a obrigação de divulgação, em canais online, dos resultados de todos os atos eletivos do Partido, do registo interno de interesses de todos os titulares e membros de órgãos internos diretivos, de relatórios internos de prestação de contas anuais com a atividade política e partidária dos eleitos em cargos executivos, bem como a disponibilização de canais de contacto direto com direito de resposta aos dirigentes partidários.
- **Permitir a consulta prévia aos militantes das opções políticas mais relevantes, gerais ou sectoriais, incluindo o direito a referendar coligações partidárias pré e pós-eleitorais**, reforçando o seu papel na definição e escolhas das opções políticas do Partido.
- **Facilitar e modernizar o processo de filiação e participação nos atos decisórios do Partido**, incluindo o direito à filiação desmaterializada “online” sem a exigência da figura “proponente” de militante; a generalização do voto electrónico em confiança, e a desmaterialização dos cadernos eleitorais, facilitando os contactos internos para a apresentação de listas alternativas aos órgãos partidários.
- **Eliminar ou reduzir o direito a voto dos membros inerentes dos órgãos partidários**, reforçando os princípios de igualdade entre militantes, e estimulando maior abertura proatividade para o exercício do cargo de candidato.
- **Reforçar os direitos e liberdades dos militantes** incluindo a criação de figura do Provedor do Militante e Simpatizante, de canais próprios e permanentes para apresentação de petições e/ou discussão aberta de propostas aos órgãos deliberativos e executivos do partido e a criação de uma estrutura central responsável pela coordenação nacional do direito à formação política e cívica aos militantes e simpatizantes.
- **Melhorar o conhecimento do Partido acerca dos seus militantes**, estimulando a base social do Partido a manter atualizada a informação sobre os respetivos perfis, competências, preferências temáticas, e disponibilidade de participar em discussões de diagnóstico e planeamento político.



10. * Democracia – Transparência, escrutínio, governança eficiente e representatividade plena

Para a democracia portuguesa poder ambicionar a alcançar os níveis de participação, confiança e credibilidade que todos ambicionamos, é necessário que as instituições da república sejam exemplos claros de um modelo de governação eficiente, competente e dotado de meios para o exercício das suas funções.

Não basta existir um bom quadro legislativo, não basta existirem instituições públicas competentes. Os portugueses exigem que as instituições da República exerçam com eficácia, eficiência, integridade e autonomia técnica as suas competências.

Infelizmente, como todos os barómetros de opinião pública respaldam, o **sentimento dos portugueses sobre a qualidade dos serviços públicos que recebem, sobre a confiabilidade e independência das instituições públicas, e sobre a boa e justa governação dos impostos e das contribuições que pagam está longe de ser positiva.**

Os portugueses, querem e têm o direito de ter uma democracia com que mais se identifiquem, confiem e lhe inspire confiança sobre a importância efetiva dos Partidos e dos Políticos para o seu desenvolvimento coletivo.

A DEMOCRACIA PLENA acredita que há espaço e é importante elevar os padrões de qualidade, robustez e confiabilidade da nossa Democracia e que tal é um pilar fundamental para acelerar o desenvolvimento do país.

Para tal advogamos:

10.1. * Um sistema eleitoral mais moderno, representativo e adequado às necessidades da república

Não obstante, ter havido ao longo dos anos, do poder local vigente, tentativas de alteração profunda e estrutural, o certo é que, o sistema político português tem-se mostrado muitas das vezes avesso a alterações das formas de poder instituído, em que ressalta a resistência dos aparelhos institucionais e político-partidários, traduzindo-se as alterações efetuadas a mudanças ou avanços tímidos e circunstanciais.

Para melhorar a qualidade das nossas elites políticas não basta intervir a montante, isto é, no sistema partidário. É preciso também intervir a jusante, no sistema de representação, isto é, na forma de eleição dos nossos representantes, mais concretamente no sistema eleitoral.

Portugal tem o mesmo sistema eleitoral há 50 anos, sem qualquer alteração substantiva, e só esse facto bastaria para que fosse exigida e dinamizada uma reflexão profunda sobre a sua atualidade, adequação e representatividade do sistema eleitoral face à evolução, características e necessidades atuais da nossa população e da nossa democracia.



Ao contrário da ideia generalizada que possa estar a ser transmitida pelos agentes políticos, **é importante informar e esclarecer os portugueses, para que estes tenham consciência efetiva, de que votam de uma forma completamente diferente da forma como votam a generalidade dos cidadãos europeus.**

Sim, em Portugal não se vota da mesma maneira que se vota em 25 países da União Europeia. O caso português só tem comparação em Espanha. A generalidade dos cidadãos europeus tem um voto completo, podem escolher o partido e podem escolher o seu deputado, podem fazer uma escolha por inteiro. Em Portugal temos um sistema eleitoral de listas “fechadas e bloqueadas” que, à parte de Espanha, não existe em mais parte nenhuma da Europa. Isto é, enquanto a esmagadora maioria dos cidadãos europeus pode votar diretamente no seu representante, pode eleger diretamente o seu deputado, em Portugal não.

A realidade é esta, os portugueses têm menos direitos eleitorais do que os outros cidadãos europeus. Em Portugal, os cidadãos apenas votam em partidos. Em Portugal, os portugueses não podem votar na pessoa que pretendem eleger.

Em Portugal, os eleitores estão condenados a passar um “cheque em branco” aos partidos e são os líderes dos partidos e os respetivos diretórios que escolhem os deputados. Em Portugal os cidadãos só podem escolher pela metade, só podem escolher o partido, não podem escolher o seu deputado. Este processo de cooptação tem contribuído para uma crescente degradação da qualidade das elites políticas em Portugal.

A DEMOCRACIA PLENA reclama que cidadãos portugueses tenham um voto por inteiro, por isso, defende que é urgente uma Reforma da lei eleitoral, capaz de trazer para Portugal as melhores praticas e modelos de representação e funcionamento europeus, e de conceder aos cidadãos o voto preferencial e nominal, o voto personalizado, crucial para estimular a participação cívica, a prestação de contas e o incremento da meritocracia nas instituições democráticas.

Chegou a hora de tratar os portugueses como cidadãos de primeira com os mesmos direitos eleitorais da generalidade dos cidadãos europeus. Os portugueses não podem continuar a estar condenados à condição de subcidadania no contexto europeu, no que respeita aos seus direitos eleitorais.

Uma reforma da lei eleitoral que seja uma alteração profunda do atual sistema política e que aproxime efetivamente eleitos e eleitores é uma reforma que poderá traduzir-se em enormes consequências eleitorais, mas o PS, como principal partido português, não pode ter medo dessas consequências competindo-lhe tomar a iniciativa de revisão constitucional junto dos partidos da oposição.

Este não é um tema novo para o Partido. É, aliás, reclamado há vários anos. **A alteração da lei eleitoral, com a introdução de um modelo misto, que combine círculos uninominais com um círculo de compensação nacional, constava do programa eleitoral do PS às eleições legislativas de 2015 e de 2019, contudo, até à data, oito anos depois, não se verificou qualquer desenvolvimento.** Infelizmente, tal desiderato anda a ser adiado há anos, num permanente e conveniente jogo do empurra entre o PS e o PSD.

É um facto que, pela dimensão partidária que possui e pela estrutura territorial do país, o PS tem beneficiado da perversidade de representação do nosso sistema eleitoral atual. A aplicação do método de Hondt prejudica mais os partidos mais pequenos. Mas o PS deve colocar a qualidade e exigência da nossa democracia acima do simples calculismo político. O PS tem de trabalhar para merecer ganhar. Isso estimulará o melhor do partido.



A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS tem o dever ético de continuar a pressionar os partidos políticos com assento na Assembleia da República para um acordo de compromisso que permita a revisão da constituição e a consolidação de um modelo eleitoral misto, que combine círculos uninominais com um círculo de compensação nacional.

A reforma eleitoral que advogamos não se deve circunscrever às eleições nacionais, ela deve também ser alargada às eleições locais e regionais. Nos últimos anos, assistimos a uma maior e mais efetiva descentralização para os municípios, a um reforço das suas atribuições e competências e, também, a um quadro de maior delegação de competências próprias para as freguesias. Colocam-se hoje à administração local novas exigências de organização e funcionamento, pelo que é desejável uma ambiciosa reforma eleitoral autárquica, para que os municípios pudessem reforçar o seu importante papel para alcançar quer uma maior eficiência e eficácia na sua atuação, quer uma democracia local mais forte e plena.

A DEMOCRACIA PLENA defende um modelo eleitoral local mais eficiente e com maior responsabilização dos órgãos políticos locais, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de equilíbrio do sistema de governo e da qualidade da democracia local. E este, só é alcançável com a necessária determinação política para operar uma efetiva e séria reforma do sistema político dos órgãos autárquicos, de entre elas a eleição do Presidente da Câmara Municipal através da eleição à Assembleia Municipal.

Ou seja, o Presidente de câmara seria quem encabeçava a lista do partido mais votado à assembleia municipal cabendo-lhe a escolha dos vereadores de entre os eleitos à assembleia, vendo assim, esta, reforçada a sua relevância institucional e política, guindada a uma espécie de “parlamento” à escala municipal. Esta situação tem inclusive respaldo legal na revisão constitucional de 2005 que estabeleceu que o «órgão executivo colegial [câmara municipal] é constituído por um número adequado de membros, sendo designado presidente o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, de acordo com a solução adotada na lei, a qual regulará também o processo eleitoral, os requisitos da sua constituição e destituição e o seu funcionamento».

A título de exemplo, veja-se que, na fórmula vigente para as juntas de freguesia, procede-se já à eleição do seu presidente através do cabeça de lista do partido mais votado à assembleia de freguesia, sendo o restante elenco executivo escolhido, por este, de entre os eleitos à respetiva assembleia.

Por sua vez, num patamar supramunicipal impõe-se visitar a implementação em concreto das regiões administrativas - como preceito constitucional. O dossiê da regionalização merece sempre ser reaberto e discutido com vista a uma verdadeira descentralização, como condição de uma reforma territorial e administrativa que dê coerência à administração do Estado.

Regionalizar é uma forma de tentar combater as disfunções burocráticas do sistema administrativo, dando a possibilidade de entidades autônomas decidirem por si, atendendo a realidades próprias e a necessidades concretas. O território, a organização regional do país, o modo como a sociedade portuguesa se articula espacialmente é uma questão pública e política. Sendo um assunto público e político, como tal, deverá assentar num processo de discussão gradual e de consolidação: de um consenso alargado dos partidos políticos, e abri-lo ao país com a participação efetiva dos cidadãos e das instituições representativas dos seus interesses.

Um novo quadro legislativo veio permitir que as presidências das CCDR passassem a ser eleitos pelos eleitos locais dos municípios do respetivo perímetro foi um passo em frente, mas é insuficiente e



limitador ao não permitir a participação direta das populações nas escolhas e responsabilização dos líderes regionais.

A DEMOCRACIA PLENA defende que se avance no processo de democratização e abertura eleitoral para que a eleição dos representantes dos órgãos de poder político regional seja uma responsabilidade de todos os portugueses e não apenas dos líderes políticos dos municípios. A eleição para as Regiões pode e deve ser incluída no quadro das eleições autárquicas e ser realizada em conjunto.

A Reforma eleitoral que Portugal necessita não deve esquecer os direitos da diáspora. Subsistem problemas crónicos na rede consular, que dificultam a interação das comunidades portuguesas com os serviços do Estado português. Foi o caso da gestão do recenseamento eleitoral dos portugueses residentes no estrangeiro, que teve reflexos profundamente negativos no processo eleitoral das eleições legislativas de outubro de 2021. Na era da internet este episódio foi uma grave penalização à imagem necessária de facilitação e incentivo a uma maior valorização, envolvimento e responsabilização da diáspora portuguesa pelas escolhas das opções políticas para o país.

A DEMOCRACIA PLENA defende que o sistema consular promova um “simplex” no exercício do direito de voto para as comunidades portuguesas, evitando qualquer tipo de discriminação no domínios dos direitos por parte dos portugueses residentes no estrangeiro, adensado uma vetusta percepção, de que são tratados pelo Estado português como “portugueses de segunda”.

10.2. * Credibilizar e reforçar a confiança no funcionamento das instituições públicas e dos mecanismos de autoregulação do Estado

"A transparência e a responsabilidade são as âncoras de uma democracia sólida. Devemos prestar contas ao povo e garantir que o poder seja exercido em benefício de todos." - António Guterres

Estudos estimam que a corrupção em Portugal representa um custo económico anual de 18,2 mil milhões de euros, ou seja 25% mais do que o valor de apoios europeus previstos para os próximos 6 anos no quadro do PRR. Segundo o Eurobarómetro, a eficácia da luta contra a corrupção é o aspeto mais mal avaliado pelos europeus, sendo particularmente relevante em Portugal. **Os casos judiciais e midiáticos que têm ocorrido nos últimos anos, fazem perceber, junto dos portugueses, uma rede generalizada de corrupção, conflitos de interesse e abuso de poder em várias funções essenciais do Estado e da vida económica e social do país.** Essa percepção mina a confiança e credibilidade nas instituições, desmobiliza a participação cívica, desmotiva a iniciativa privada e, pior, alimenta o crescimento de populismos de extrema-direita com impactos perigosos para a democracia.



A agravar, o Governo do PS viu-se envolvido em apenas 2 anos em mais de uma dezena de casos de suspeição em matéria de integridade que fizeram do Partido, e dos seus quadros e das sua escolhas e opções políticas e das medidas, um alvo fácil de ataque político em termos de credibilidade e confiança. Não tenhamos dúvidas, o tema da ineficácia do combate à corrupção estará entre as principais bandeiras partidárias dos partidos da oposição na campanha eleitoral para diminuir os méritos e os resultados da herança socialista.

A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS tem a dever e a responsabilidade política de assumir o combate à corrupção e o reforço da transparência e integridade na ação política como uma prioridade estratégica e fundamental para o desenvolvimento da democracia, da economia, e da justiça do país.

Em 2021, e também motivada pela exigência e iniciativa de cidadãos, o Governo do PS aprovou recentemente uma Estratégia Nacional Anti-Corrupção 2020-2024 (ENAC). Foi uma excelente iniciativa, mas que, infelizmente, teve muito poucos resultados efetivos e não correspondeu às expectativas esperadas. A ENAC teve problemas desde o início, faltavam-lhe métricas, posicionamento, metas e medidas concretas para que todos saibamos qual e quando a qualidade da democracia queremos para Portugal

No essencial, legislou-se, mas não se agiu. Criaram-se estruturas, mas elas não funcionam ou ainda não produziram resultados. Temos um MENAC, um RGCC, uma lei de proteção de denunciante, mas os portugueses ainda não sabem para o que serve, e o que fazem! O caso Entidade da Transparência é um bom exemplo do falhanço da ENAC.

Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que o PS deve ir mais longe e ser mais ambicioso na ambição e clareza na sua estratégia pela integridade e contra a corrupção, e avançando de imediato com uma proposta de extensão da ENAC de 2024 para 2030 com metas e métricas objetivas sobre onde Portugal deve estar ou alcançar em cada um dos anos até ao final da década.

Mas o combate ativo à corrupção não é o único instrumento para credibilizar e reforçar a confiança no funcionamento da nossa democracia. É também necessário reforçar os mecanismos que assegurem o pleno funcionamento das instituições do Estado, em termos de capacidade, de recursos e de independência técnica, gerando maior transparência, integridade, escrutínio e fundamentação das políticas públicas e das iniciativas políticas.

É preciso apostar na seleção rigorosa dos melhores para o exercício de funções públicas, eliminar o abuso excessivo do recurso à nomeação direta para cargos de governação, e a perversidade dos regimes de substituição, dotar a CRESAP de um poder efetivo, transparente e ágil para a escolha dos cargos políticos. Dotarmos o sistema de avaliação da Administração Pública (SIADAP) de capacidade para reconhecer o conhecimento real e o mérito dos dirigentes ficando menos dependente da aprovação de quem os governa.

Neste quadro, o PS deve assegurar que todos os seus militantes, simpatizantes e representantes sejam consciencializados e motivados para a prática dos princípios e objetivos



prosseguidos pela ENAC. Assinar compromissos de honra e prestar declarações de rendimentos nos inícios de mandato são uma defesa legal importante em caso de litígio e incumprimento, mas mais importante é uma mentalidade e cultura de serviço público. Não há formulário que bata a consciência individual de cada um.

Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que o PS deve reconhecer, valorizar e destacar os eleitos e nomeados em funções públicas que demonstrem capacidade, mas também transparência e efetivo interesse pela participação dos cidadãos.

Aqueles que prestam contas, cumprem com as boas práticas de governação aberta e publiquem e fundamentem as suas decisões com base em dados reais e escrutináveis e não apenas em opiniões ou sensibilidades genéricas. **Saibamos construir listas de candidatos que eliminem o caciquismo partidário acrítico a conflitos de interesse, das que evidenciam critérios de integridade, competência e espírito de missão.**

E não tenhamos medo de prestar contas. De forma transparente, facilmente acessível e que não seja confundível com propaganda. A Democracia só se pode desenvolver com escrutínio e exigência. Devemos fazer políticas públicas que permitam aos cidadãos de forma simples e clara fazerem um julgamento justo sobre a integridade e fundamentos das decisões tomadas. Só assim se aumenta a confiança, fomenta concorrência leal e ação empreendedora dos agentes económicos e se garante uma gestão eficiente e adequada dos recursos públicos.

O novo Portal da Transparência é um importante avanço no reforço da transparência governativa e fundamental para dar credibilidade, confiança e justiça ao processo de atribuição, monitorização e correta utilização dos recursos públicos. No entanto, ainda tem um grau de cobertura e de facilidade de navegação muito aquém do que ambicionamos.

Na DEMOCRACIA PLENA queremos clareza total sobre o processo de produção legislativa e nos fundamentos das decisões políticas. Defendemos que publicitar o racional e os fundamentos que suportam as opções políticas tomadas e determinam a decisão da despesa pública é também um dever de boa governança e de maturidade democrática.

Na DEMOCRACIA PLENA defendemos a transparência e integridade na decisão política como um princípio e dever ético do exercício da Política e exigimos que seja um procedimento basilar no funcionamento das instituições da República.

Para isso advogamos:

- Dotar recursos efetivos e de autonomia financeira e orçamental às estruturas nacionais de combate à corrupção e de controlo da qualidade da democracia, para que sejam também elas responsabilizadas pelo pleno cumprimento da sua missão.
- Publicitar as agendas dos titulares de cargos políticos em linha com as melhores práticas recomendadas pelas entidades internacionais, regulamentar a prática do



Lobbying e assegurar mecanismos para evitar conflitos de interesse nas sociedades de advogados.

- Fomentar a implementação generalizada de pactos de integridade nos processos de contratação pública, começando pelos serviços da Administração com maior volume financeiro, complexidade e subjetividade temática, menor concorrência e, por isso, mais suscetíveis de risco de corrupção.
- Disponibilizar ferramentas digitais e práticas de dados abertos sobre os procedimentos de contratação e decisões de despesa pública, que permitam à sociedade civil desenvolver as suas próprias capacidades de acompanhamento, escrutínio e controlo independente e informado acerca do funcionamento das instituições e do respetivo grau de cumprimento dos seus planos de atividades.
- Penalizar e manter um controlo apertado sobre enriquecimento injustificado, instituindo mecanismos legais e capacidade de intervenção que limitem a fuga de capital do país para fugir aos impostos e impeçam a perversidade do país ficar, de novo, refém de sistemas de regularização tributárias sobre rendimentos ilegítimamente exportados para paraísos fiscais.

10.3. * Robustez das contas públicas suportada na eficiência e adequação da boa despesa pública e numa política fiscal justa e competitiva.

"O PS fez o trabalho que os portugueses esperavam dele: recuperou a economia, melhorou a qualidade de vida e modernizou o país." António Costa

Um dos grandes legados que o PS deixa ao país no mandato legislativo que agora termina foi o bom comportamento das contas públicas, por via de 2 superávits sucessivos, facto que permitiu reduzir de forma relevante o peso da dívida pública em função do PIB e posicionar o rating de risco soberano do país em níveis dificilmente esperados há 3 anos.

Esta recuperação foi efetuada num contexto em que o país teve de endereçar uma crise pandémica seguida de uma crise inflacionária mundial que obrigaram a medidas alargadas de apoios às famílias e às empresas. Para tal o país foi obrigado a manter elevados níveis de tributação fiscal que, objetivamente, implicam um elevado esforço tributário aos portugueses.



O país tem hoje um orçamento anual de despesas que ascende a 107 mil milhões de euros, um valor superior a 20 mil milhões de euros ao que registou em 2015. No entanto, e apesar deste enorme aumento na despesa pública, não existem evidências relevantes na melhoria da oferta e cobertura dos serviços públicos e do normal funcionamento das instituições do Estado.

Este facto tem sido um dos principais argumentos da oposição para atacar a governação do PS, situação que tem acolhimento fácil, nomeadamente, junto do eleitorado de centro-esquerda que se sente excessivamente penalizado em termos fiscais, avalia negativamente a capacidade do Estado em prestar serviços públicos de qualidade, e exige uma reforma estrutural do funcionamento das instituições públicas e na forma como as mesmas gerem os recursos do Estado.

Para a DEMOCRACIA PLENA é condição fundamental para a resolução dos problemas estruturais do nosso país que o modelo de funcionamento do Estado eficiente e desburocratizado, centrado na preocupação pela boa gestão dos recursos públicos e dos impostos pagos pelos cidadãos, mas também preocupado pelo combate às desigualdades e com respostas eficazes para as necessidades essenciais dos portugueses.

A dimensão da carga fiscal e os custos de contexto em Portugal, são uma das principais razões para a baixa produtividade económica do nosso país no contexto europeu. Sabemos que existem compromissos com a UE em matéria fiscal, no entanto também existe margem para reduzir impostos e custos de contexto quando isso é indutor de maior dinâmica económica.

Entre 2010 e 2022 o rendimento Bruto per capita disponível dos portugueses cresceu 41%, em termos nominais, número que comparam com um crescimento de 70% das receitas fiscais sobre rendimentos e património. Em 2022, a carga fiscal subiu de 37,4% para 38%, valor que é o maior registo desde o início do século.

Portugal é dos países onde mais rapidamente se atinge a taxa mais alta de tributação. A partir dos 1900€/mês líquidos, as contribuições para o Estado já excedem o rendimento que fica disponível para o trabalhador. Para atraírem os trabalhadores mais competentes as empresas são forçadas a um esforço remuneratório muito elevado que limita a sua capacidade de alargar a base de recrutamento e potencial de crescimento.

Em termos fiscais, o rendimento do trabalho continua a ser muito mais penalizado que as outras tipologias de rendimentos tributados, normalmente tributadas à taxa liberatória. E isso promove a informalidade, empobrece o valor do trabalho e não é socialmente justo. Paradoxalmente, promove-se uma taxa “flat rate” de IRS a 10 anos aos residentes não habituais e até criou um sistema de fortes incentivos fiscais para expatriados qualificados que regressem para trabalhar em Portugal.

A DEMOCRACIA PLENA entende que esta política fiscal não é economicamente justa nem socialmente equitativa para os cidadãos nacionais residentes que diariamente se esforçam para desenvolver o país e defende uma política fiscal que trate todos os cidadãos de igual



forma e tribute os rendimentos de forma mais equilibrada que prioriza a retenção e a qualidade de vida dos atuais residentes.

Nas empresas o retrato também não é positivo. Apesar dos esforços que têm sido efetuados nos últimos anos, o Sistema fiscal aplicado às empresas em Portugal continua complexo e não competitivo. Só nas componentes IRC e Derramas Estaduais e Municipais as taxas de impostos atingem até 31,50%, valor que compara com uma média de cerca de 21,47% na Europa a 27, ou de 23,51% nos países da OCDE.

Mesmo considerando que um grande número de empresas apresenta matéria coletável muito baixa ou até negativa, os impostos representam ainda cerca 20% do volume de negócios das empresas em Portugal, valor que tem crescido na última década em claro contraciclo do que se observou na Europa. A estes impostos acrescem os custos de contexto com inúmeras taxas e tarifas pagas pelos agentes económicos para exercerem a sua atividade. Um estudo recente da CIP indica que em Portugal são cobradas mais de 4.300 taxas, das quais 2.900 são cobradas no âmbito da Administração Central.

No mundo pós pandemia, as taxas de imposto são estímulos fundamentais para estimular a recuperação da economia mundial. Nos EUA discute-se já a redução da taxa de IRC para 15%, e os grandes blocos europeus começam a mostrar alinhamento com essa estratégia. Se Portugal não acompanhar esta tendência continuará a perder competitividade e a atrasar a renovação e a modernização industrial do país. Com a explosão do Teletrabalho corremos o risco de os trabalhadores portugueses mais qualificados serem incentivados a trabalhar de forma remota para empresas domiciliadas em países com menor carga fiscal com efeitos perversos na oferta de emprego e para a própria receita tributária de IRC.

O atual posicionamento fiscal de Portugal torna o esforço de acompanhamento mais difícil de atingir, pelo que reforça a importância de se reduzir e orientar a despesa do estado para as funções essenciais à regulação e ao equilíbrio social da economia.

Na DEMOCRACIA PLENA, defendemos uma maior libertação da economia. Não advogamos o Mercado desregulado, mas também não queremos um estado onnipresente e asfixiante. Queremos um estado facilitador que acredita e confia nas pessoas, e que foca a sua ação na correção de desequilíbrio que bloqueiam uma competição justa e eficiente e a uma vivência económica socialmente equitativa, progressiva e humanista.

Na DEMOCRACIA PLENA, estamos conscientes que a redução da carga fiscal das empresas e a redução dos custos de contexto são fatores determinante para desincentivar o risco de investimento e a criação de empresas e por isso defendemos:

- O lançamento de uma ampla discussão sobre a dimensão atual e futura do estado na economia nacional que conduza à aprovação na Assembleia da República até 2023, de uma **Estratégia Nacional para a Redução da Despesas Pública e Aumento da Eficiência do Estado** que identifique com metas objetivas e mensuráveis as áreas da Administração Pública e as opções de despesa corrente



que podem ser reduzidas ou simplificadas no sentido de possibilitar uma menor exigência de receitas fiscais.

- **A redução gradual das taxas de imposto direto às famílias e às empresas** para níveis que a posicionem no primeiro quartil da Europa a 27 até 2028. Ao mesmo tempo, defendemos a eliminação de todas as isenções fiscais que beneficiam apenas algumas empresas.
- Que até 2028 **sejam reduzidas ou eliminadas de forma progressiva de todas as taxas e emolumentos que não reflitam o custo justo** que o estado incorre para a prestação de serviços públicos a que estão associadas.
- A aprovação até 2025 de **um Regime Jurídico dos Apoios Concedidos pelo Estado que permita assegurar maior transparência, eficiência e confiança no processo de atribuição de incentivos pelo Estado**, tornando-a mais colaborativa, escrutinável e acessível a um maior número de pessoas.
- **A implementação imediata de uma estratégia de transformação digital dos sistemas de suporte ao funcionamento da justiça**, incluindo a implementação de respostas digitais que permitam atuar sobre as próprias fontes de entropia ao rápido e eficiente processo do seu funcionamento.

11. * A visão estratégica – Crescimento, Competitividade, Desenvolvimento equilibrado e Direitos essenciais

Portugal só conseguirá pagar melhores salários, reter e atrair talento, ser um país viável, autossustentável e gerar esperança e de confiança no futuro se conseguir transformar o seu paradigma económico para um modelo de desenvolvimento capaz de acelerar o seu ritmo de crescimento anual, aproximando-o dos seus pares europeus, e não perdendo posicionamento e competitividade, para a emergência dos novos competidores e riscos internacionais, muitas vezes assentes em modelos económicos que não respeitam os direitos humanos e distorcem a concorrência leal.

E isso só acontecerá quando tivermos uma economia capaz de produzir bens e serviços com alta incorporação de valor e empresas com a capacidade de dominar as cadeias de valor, a montante e a jusante da produção. Se não conseguirmos aumentar salários médios tornar-



se-á inevitável a fuga dos jovens mais qualificados para o estrangeiro. E já não são só os de formação universitária e superior, são também os de formação intermédia especializada.

Portugal não pode assumir este risco. Investimos milhares de milhões de euros na formação de a geração mais qualificada de sempre que não poderemos perder para que sejam outros países a beneficiarem do seu know-how e da sua expertise para alcançarem níveis mais elevados de crescimento económico e de desenvolvimento social.

Mas não bastam bons salários, há também que garantir às novas gerações que o país está preparado para lhes assegurar os seus direitos mais básicos e lhes permitam viver com confiança de que o seu futuro deve passar por Portugal

A DEMOCRACIA PLENA quer mobilizar os portugueses em torno de um rumo claro para o país. Uma visão estratégica assente um modelo de desenvolvimento económico de alto valor acrescentado e em políticas públicas geradoras de confiança sobre o acesso a preços justos aos direitos sociais mais fundamentais como a Habitação e a Saúde.

11.1. * Mobilizar o país para uma visão de futuro.

"O desenvolvimento de um país depende da sua capacidade de inovação e de criatividade."
Mário Soares

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal iniciou uma nova era, marcando o fim de mais de cinco séculos de império colonial. Este momento histórico representou não apenas a queda da ditadura, mas também o desmoronamento do Império Português, levando a uma profunda transformação na visão e estratégia do país. Com o fim do período colonial, Portugal, confinado a um território relativamente pequeno, perdeu sua centralidade e relevância geoestratégica.

Voltando-se para a Europa, Portugal aderiu à União Europeia em 1 de Janeiro de 1986. Desde então, recebeu aproximadamente 130 mil milhões de euros em fundos europeus não reembolsáveis, sem contar com apoios adicionais para a revitalização econômica europeia. Estes recursos foram vistos como uma oportunidade para compensar a perda de recursos ultramarinos e para realizar transformações estruturais necessárias no país, com o objetivo de melhorar a produtividade e competitividade, e alinhar-se com a média europeia.

No entanto, apesar destes fundos, Portugal não conseguiu alcançar uma mudança significativa no perfil estrutural da sua economia. O objetivo era transitar de uma economia baseada em mão-de-obra intensiva e baixos salários para uma economia de conhecimento intensivo, de alto valor acrescentado, e com recursos humanos altamente qualificados.



Contudo, a Estratégia de Lisboa, que visava esse objetivo, não teve o sucesso esperado em Portugal, mantendo-se o país num paradigma económico atrasado, de baixa produtividade e competitividade.

Além disso, Portugal enfrenta vários desafios estratégicos: baixa competitividade fiscal, burocracia excessiva, estímulos ao empreendedorismo insuficientes, uma justiça lenta e complexa, e políticas de incentivos ineficazes. As empresas portuguesas também lidam com barreiras externas e problemas organizacionais que limitam sua capacidade de inovação e adaptação.

Apesar destes desafios, Portugal encontra-se num momento crucial, atravessando uma das maiores transformações históricas, com mudanças tecnológicas e económicas aceleradas em curso, e com mais bem preparada geração de portugueses. O país deve, portanto, se preparar para enfrentar estas mudanças, apostando em setores de alto valor acrescentado e exportadores, para criar um posicionamento único e estratégico no cenário global. A singularidade e inovação serão essenciais para Portugal competir efetivamente num mundo cada vez mais globalizado e competitivo.

Neste contexto, a DEMOCRACIA PLENA defende que Portugal dê prioridade a estratégia de diferenciação que se foquem nos nichos de negócio e nos clusters sectoriais com maior probabilidade de traduzirem em economia de alto valor acrescentado exportadora de base permanente para o país.

A DEMOCRACIA PLENA reclama que é imperativo do crescimento económico robusto. O forte crescimento económico é essencial para Portugal poder melhorar o padrão de vida, aumentar empregos e salários, fixar população e reduzir a pobreza e desigualdade social. Além disso, fortalece as finanças públicas, aumentando receitas fiscais e reduzindo a dívida relativa ao PIB, o que alivia a pressão orçamental e melhora a confiança dos investidores na economia portuguesa.

Se Portugal tivesse crescido mais 1% ao ano do que cresceu nos últimos 20 anos, o PIB em 2023 seria 22% maior do que o previsto, ou em termos absolutos, seriam mais 57 mil milhões de Euros que os 260 mil milhões previstos para 2023. 57 mil milhões são dois PRRs que Portugal teria a mais de riqueza produzida em cada ano, que se refletiriam em salários, investimento, capitalização das empresas, lucros, e receitas do Estado.

Os obstáculos ao crescimento económico são sobejamente conhecidos; falta de investimento, baixa produtividade, capacidade de gestão, burocracia, impostos elevados, a pequena dimensão do país e da nossa população. O nível educacional da população já não é o problema. Nem é um Estado social forte que garante acesso a saúde e educação de qualidade universal. **E no entanto, havendo o diagnóstico, falta o essencial: visão, estratégia e consistência na ação para eliminar as barreiras ao crescimento.**

A DEMOCRACIA PLENA reclama que é necessário mobilizar o país para uma visão de futuro, uma visão de crescimento assente numa economia exportadora de alto-valor acrescentado.



Definir de definindo de forma clara, mensurada e objetiva as prioridades estratégicas de longo prazo para Portugal, e os caminhos e opções concretas para as alcançar.

Precisamos de mobilizar o país em torno de uma visão capaz de gerar e distribuir riqueza de forma justa e equitativa, pagar bons salários, modernizar a economia, estimular o investimento, e reter talento em Portugal. Portugal é um mercado de pequena dimensão. As nossas empresas só ganharão escala e a nossa produtividade só crescerá se aumentarmos significativamente o nível de exportações para valores próximos dos 70% na próxima década (estamos hoje nos 49%), semelhantes aos de países de dimensão similar à nossa, como a Holanda, a Bélgica ou a Dinamarca, onde as exportações representam cerca de 70% ou até 80% do seu PIB.

Este aumento nas exportações não só fortalecerá as bases das nossas empresas no mercado global, mas também contribuirá para uma economia mais dinâmica e competitiva a nível internacional. E as empresas são o motor desta Economia, tendo o Estado um papel essencial de orquestrador, que promove, incentiva, e cria as melhores condições possíveis para que as **empresas possam investir e apostar na sua internacionalização.**

A DEMOCRACIA PLENA reclama que é necessário reforçar os mecanismos de incentivos à Exportação e de apoio às Startups, à I&D e a projetos Empresas-Universidades

É fundamental que a política económica do governo e de investimento públicos tenha como prioridade máxima o crescimento económico e Exportações. **Isso significa alocar uma fatia muito maior do PRR e do Portugal 2030 para o incentivo das empresas à Exportação, bem como os Investimentos que potenciam a Inovação,** a construção de marcas e as Exportações em sectores de elevado valor acrescentado.

É preciso pôr as empresas portuguesas nos mercados internacionais, a expor os seus produtos e serviços, vender, a criar marcas globais, estabelecer parcerias, tal como fazem as suas congéneres europeias. É essencial que os programas comunitários de apoio à Internacionalização sejam reforçados e antecipados, e que existam KPIs sobre a sua execução.

O apoio às Startups, inovação empresarial e parcerias entre empresas e universidades deve continuar a ser reforçado. Neste capítulo, preocupa-nos o recente anúncio de cancelamento das parcerias com universidades norte-americanas como o MIT, a Carnegie Mellon University ou a University of Texas at Austin. É fundamental expor as nossas empresas e academia ao intercâmbio com as melhores universidades do mundo. Muitas Startups de sucesso em Portugal foram criadas por investigadores que beneficiaram destes intercâmbios.

As Agendas Mobilizadoras são um bom exemplo do caminho que deve ser seguido, com a criação de consórcio entre universidades e empresas, que fomentem mecanismos de transferência de conhecimento, com o objetivo de desenvolver produtos e serviços com alta incorporação de valor.



A DEMOCRACIA PLENA reclama que é necessário tornar Portugal mais amigo e profissional na captação de investimento nacional e externo.

É fundamental que os potenciais investidores nacionais e internacionais sintam que Portugal é um excelente país para os seus investimentos. Para tal, **devemos pelo menos igualar em todos os parâmetros de atratividade os nossos “concorrentes”**, focando as políticas do governo nesses objetivos, sejam a redução de burocracia, simplificação de processos, acompanhamento profissional do investidor, segurança legislativa, entre outros.

O turismo é a nossa principal atividade Exportadora e queremos que continue a crescer em qualidade e riqueza gerada. As recentes medidas que afetaram os alojamentos locais passaram uma imagem de que para o PS, o AL é um problema para o país.

Não revemos nesta ideia, pelo contrário. O AL teve um papel fundamental na dinamização da nossa economia em anos de grande dificuldade, trazendo trabalho, rendimentos e esperança a centenas de milhares de Portugueses diretamente ou indiretamente ligados à atividade. Consideramos a nova taxa CEAL injusta e desnecessária (o problema da habitação não se resolve em meter famílias em minúsculos T1s e estúdios nas zonas históricas de Lisboa Porto).

A nossa moção defende a Diversificação de Ofertas Turísticas: Além dos tradicionais destinos costeiros e urbanos, Portugal pode desenvolver e promover o turismo em áreas menos exploradas, como turismo rural, ecoturismo, e turismo cultural e histórico em regiões do interior. Isso ajudaria a distribuir os benefícios do turismo por todo o país e reduziria a pressão sobre os destinos mais populares.

A DEMOCRACIA PLENA reclama que a mobilização do país para uma visão estratégica não é um desiderato de apenas um Partido, ela deve ser assumida de forma alargada de forma a comprometer e responsabilizar todos os partidos numa ambição de longo prazo.

Acreditamos que muitas destas políticas precisam de estabilidade e credibilidade junto dos investidores, e que para tal, é necessário um acordo alargado com o PSD. Pensamos que o país fica a perder se o PS e o PSD não fizerem um acordo global para o crescimento que englobe impostos, fundos europeus e legislação chave que desbloqueie de uma vez por todas o crescimento económico.

11.2. * Responder à emergência na oferta de habitação

“A habitação é uma questão crucial para o nosso país, e é uma questão que tem de ser abordada com urgência. Temos de criar condições para que todas as famílias, independentemente dos seus rendimentos, tenham acesso a uma habitação digna e acessível.”, António Costa.



Em Portugal estamos perante uma emergência social no que se refere ao acesso à habitação. A falta de casas acessíveis para os mais pobres e para a classe média é provavelmente a maior injustiça social do país, que impede gerações inteiras de realizarem os seus projetos de vida em Portugal e de terem segurança financeira, como tiveram as gerações anteriores.

Nos últimos anos assistimos a um aumento sustentado e significativo nos preços de aquisição de habitação que também afetou de forma material o valor médio das rendas praticadas no mercado de arrendamento. Este aumento, muito superior à evolução dos rendimentos da maioria dos portugueses, é considerado estrutural e irreversível e de muito difícil ajustamento.

As causas são várias. Exógenas, mas também endógenas. Por razões orçamentais, Portugal implementou medidas que estimularam muito a procura de investimento estrangeiro em imobiliário em Portugal. Ao todo, **o país captou dezenas de milhares de milhões de euros em investimento estrangeiro que se traduziu num elevadíssimo influxo de receitas fiscais em sede de IMT, IMI, IVA, IRS, IRC, Imposto Selo e taxas urbanísticas.** Estima-se que, atualmente, os impostos representam cerca de 40% do custo de construção de habitação.

Muito dinheiro que poderia ter sido canalizado para políticas que permitissem compensar, de forma estrutural e integrada, os efeitos perversos daquele investimento nos preços da habitação.

Não foi esse o caminho. Preferiu-se medidas de apoio imediato às famílias, como os programas de arrendamento acessível ou os subsídios às rendas. Mas estas medidas, por várias razões, pouco ou nada resolveram o problema.

Entretanto, ficámos dependentes das receitas do PRR para investir na construção de habitação. Um programa que prevê construir 26 mil habitações até 2026, num investimento inferior a 2 mil milhões de euros. O processo está a ser lento, pouco claro, e dificilmente será suficiente para resolver o problema estrutural com que nos defrontamos.

A DEMOCRACIA PLENA defende que, em matéria de política de habitação, poderíamos e deveríamos ter ido mais longe.

Sem casas para habitar a preços acessíveis, não conseguiremos fixar, muito menos atrair, os jovens para viver e trabalhar em Portugal. Não tenhamos dúvidas, sem habitação acessível para TODOS o país acelerará o seu envelhecimento e o seu atraso estrutural.

A DEMOCRACIA PLENA defende um pacto de regime para a Habitação, que envolva todas as forças políticas, e que ao longo de uma década, crie condições para a iniciativa privada, cooperativa e pública implementarem de forma concertada um programa de construção “massiva” de nova habitação, que satisfaça as necessidades e projetos de vida dos portugueses, em especial dos mais jovens.



É preciso assumir uma ambição clara relativamente ao problema da habitação, outros países fizeram-no e resolveram o problema de forma estrutural. Foi o caso da Suécia que na década de 1960 implementou um ambicioso programa de construção de habitações conhecido como "Miljonprogrammet" (Programa do Milhão), com o objetivo de construir um milhão de habitações em um período de 10 anos para ao rápido crescimento urbano e ao aumento da população.

Para tal adotou uma abordagem de construção em massa para atingir a meta de um milhão de habitações, envolvendo a utilização de métodos de construção industrializados para acelerar o processo. O governo desempenhou um papel significativo no financiamento e na execução do programa. Ele forneceu incentivos financeiros para a construção de habitações e garantiu a disponibilidade de financiamento para os construtores. Embora o setor público tenha sido crucial, o programa também envolveu parcerias com o setor privado. O programa não se limitou apenas à construção de moradias, mas também envolveu um planeamento urbano mais amplo. Foram considerados aspetos como o transporte público, parques e áreas comerciais para criar bairros bem integrados.

A DEMOCRACIA PLENA defende que Portugal deve implementar um programa estratégico público multissectorial e integrado que permita construir e recuperar 500.000 habitações nos próximos 10 anos.

A DEMOCRACIA PLENA quer transformar este programa numa forte oportunidade para estimular a transformação das empresas portuguesas ligadas, direta e indiretamente, ao sector da construção, estimular o emprego, regenerar e modernizar as cidades, reforçar a coesão territorial e aumentar a sustentabilidade e eficiência ambiental e energética do edificado nacional.

Para possibilitar a concretização deste programa a DEMOCRACIA PLENA defende a implementação das seguintes medidas:

- Dotar anualmente ao programa cerca de 5% das receitas orçamentais do país, capitalizando e integrando investimento de vários ministérios do Governo;
- Criar mecanismos de forte padronização de projetos e soluções de construção, e simplificação do respetivo licenciamento urbanístico;
- Dinamizar políticas de apoio ao reforço da capacidade de resposta das empresas portuguesas, nas áreas de construção e afins;
- Articular com as Universidades, com Sistema Científico Nacional, entidades reguladoras e com os municípios medidas que permitam a identificação, planeamento e aproveitamento de solos para construção sem prejuízo do cumprimento das exigências do bom ordenamento do território;



- Acordar com o sistema financeiro mecanismo de proteção ao crédito que permitam estimular o financiamento de projetos privados para a construção de habitação no quadro do programa;
- Reduzir o IVA e os custos de contexto de construção, e isentar de IMT a aquisição da 1ª habitação própria;
- Reforçar significativamente a dotação do Fundo Ambiental para apoio à regeneração do edificado, em detrimento de despesas com muito menor impacto ambiental como hoje acontece;

11.3. * A saúde em primeiro lugar

"O SNS é uma das maiores conquistas da democracia portuguesa.", Mário Soares

Não se pode falar de políticas de Saúde e do SNS sem começar por homenagear o Camarada, já desaparecido, António Luis Arnaut. O SNS, é um dos maiores legados do PS, como plataforma utilizada pelo Estado para fornecer cuidados de saúde à universalidade dos portugueses.

Nos últimos 10 anos a despesa publica corrente em cuidados de saúde cresceu de forma sustentada todos os anos tendo aumento em cerca de 9 mil milhões em termos comparativos, representado atualmente cerca de 11% do PIB Nacional.

Pese embora o valor do investimento na saúde seja o maior de sempre em valor, há que reconhecer que os indicadores de acesso aos cuidados de saúde não acompanharam este investimento, existindo um sentimento de deficit de capacidade do SNS para cumprir o seu papel universal de prestador de serviços de saúde a todos os portugueses.

De facto, uma parte significativa da despesa corrente serviu para pagar divida decorrente de subinvestimento crónico passado, dotar o sistema de nossas capacidades em face à maior complexidade e gravidade dos doentes tratados, e ara pagamento de prestações de serviço relacionadas com a contratualização de cuidados de saúde, nomeadamente, transporte de doentes, exames (TAC, ecografias, RM, PET TAC), análises clínicas, hemodiálise, etc.

De acordo com o Conselho de Finanças Publicas, no final de 2022, o SNS contava com mais de 10,5 milhões de utentes inscritos, dos quais 65,9% se encontravam inscritos em unidades de saúde familiar. 14,1% dos utentes não tinham médico de família. Com efeito, a trajetória ascendente do número de utentes sem médico de família iniciada em 2019 não foi interrompida, observando-se um crescimento superior a 30% nos últimos dois anos



Este órgão conclui que **o SNS continua a enfrentar riscos e incertezas que condicionam o seu desempenho de curto e médio prazo, assim como a sua sustentabilidade futura**, nomeadamente: os constrangimentos da atividade dos cuidados primários, nomeadamente a menor proporção de utentes não inscritos em Unidades de Saúde Familiar ; o aumento do recurso aos serviços de urgência que pressiona os hospitais e redireciona os recursos da atividade programada; o aumento das listas de espera e agravamento dos pagamentos diretos dos utentes por maior necessidade de recurso a prestadores privado; e a necessidade de garantir a comportabilidade orçamental do crescimento das despesas com pessoal e com medicamentos, o que sugere melhorias na eficácia do processo de planeamento dos recursos afetos ao SNS e o reforço dos mecanismos de controlo e avaliação dos serviços e das equipas.

A agravar assistimos a um forte clima de contestação e descontentamento entre os profissionais da saúde. Os médicos e enfermeiros estão numa crise de frustração motivada pelo nível das suas retribuições comparativamente às responsabilidades sociais que possuem e pela perda de autonomia e pela falta de reconhecimento profissional.

Acresce que os congelamentos das carreiras na administração hospitalar desde há 20 anos, com a conseqüente perda de gestores intermédios qualificados, que procedam a um acompanhamento de proximidade na prestação de cuidados e auxiliam a gestão de topo na tomada de decisão, tem retirado massa crítica de dentro das entidades de saúde, esvaziando-as de conhecimento e de competências técnicas.

A DEMOCRACIA PLENA defende que o país tem de estar preparado para oferecer uma remuneração justa e atrativa aos profissionais de saúde, porque sem eles, não há SNS.

Um SNS que não cumpra a sua função plena é um dos maiores dos riscos de discriminação a que a Democracia portuguesa não pode estar exposta. Caso contrário serão os grupos mais frágeis, os desfavorecidos, as minorias, que suportarão desproporcionalmente os custos da falência dos sistemas.

A saúde tem de ser a prioridade das prioridades. É o grande pilar, a par da Educação, do nosso Estado Social. E está a falhar, e a falhar sobretudo para os mais vulneráveis. É, assim, essencial uma reforma profunda do nosso Serviço Nacional de Saúde, que assegure o cumprimento da sua missão, chegando a todos os portugueses e gerando confiança nos portugueses sobre o seu futuro.

A DEMOCRACIA PLENA defende que o SNS tem de se focar na melhoria geral dos indicadores de saúde em Portugal, funcionando de forma estável, eficiente e flexível, e integrando todos os agentes e prestadores de saúde num ecossistema colaborante e subsidiária capaz de oferecer melhores cuidados de saúde aos portugueses.

A DEMOCRACIA PLENA defende o primado do SNS e a saúde pública como responsabilidade primeira do estado, mas também reconhece e acredita que o setor social e a oferta privada de saúde são pilares fundamentais para atingirmos, em colaboração, melhores indicadores de cobertura e de capacidade de resposta.



Na DEMOCRACIA PLENA não temos complexos ideológicos, estamos centrados na melhoria dos indicadores de saúde dos portugueses, no cumprimento dos direitos constitucionais e na gestão eficientes dos recursos públicos. É isso que nos move.

A crescente complexidade dos processos de saúde, dada a heterogeneidade dos determinantes da saúde, exige dos sistemas de saúde respostas multidimensionais e integradas, com intervenção e contributos de diversos setores, alinhados na resolução de problemas concretos das populações. **Abordar a saúde em todas as políticas maximiza o retorno dos investimentos em saúde, indo além do mero assistencialismo.**

Queremos uma gestão mais focada, especializada e eficiente dos recursos que são empregues pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS). **Queremos mais autonomia, mais responsabilização, maior capacidade de colaboração e integração, maior adequação às especificidades dos territórios, e menos burocracia.**

A DEMOCRACIA PLENA defende uma efetiva separação de poderes entre a tutela e a gestão do SNS deixando que seja agora a nova Direção Executiva a estabelecer uma nova cultura de gestão, criando esse necessário espírito de corpo entre todos os dirigentes e colaboradores do SNS, através de novos estilos de liderança, com mais empatia e comunicação compassiva. O poder executivo, que tradicionalmente sempre esteve com o Ministério da Saúde deve agora ser delegado à Direção Executiva ou CEO do SNS.

Dar maior autonomia à gestão do SNS não significa que o Ministro da Saúde não deixe de desempenhar um papel crucial na gestão do Sistema Nacional de Saúde no seu conjunto, antes pelo contrário. o Ministro da Saúde passa a ser um facilitador de todo o sistema, garantindo a colaboração entre as diferentes partes que compõem o sistema nacional de saúde com o SNS para que este possa cumprir a sua missão principal, o seu "core business", que é o de humanizar a saúde e assegurar um acesso inclusivo e equitativo aos cuidados que presta em Portugal, contribuindo para a sustentabilidade financeira não apenas do SNS, mas de todo o sistema de saúde.

A DEMOCRACIA PLENA defende um SNS eficiente, promotor de políticas em saúde centradas no cidadão e no seu ciclo de vida, que permita o investimento nos determinantes em saúde e nos fatores de um envelhecimento ativo e na redução dos impactos das doenças crónicas e das dependências é crítico para a sustentabilidade do sistema.

DEMOCRACIA PLENA entende que o envelhecimento da população e a desertificação do interior exigem mais do SNS. A crescente prevalência de doenças crónicas e geradoras de grandes dependências obrigam a que as respostas em saúde vão além do tratamento da doença, obrigando a uma abordagem global às necessidades das populações.

A DEMOCRACIA PLENA acredita que sem prejuízo da prestação de cuidados de saúde de qualidade e equitativos, exigem-se maiores apostas na prevenção, na redução de riscos e na promoção de estilos de vida saudável - a montante; e, a jusante, na mitigação e redução dos seus efeitos, no apoio às pessoas dependentes e na adaptação dos seus modos de vida, nos cuidados continuados e por fim, numa aposta clara nos cuidados paliativos e fim de vida.



Neste quadro, o ator central do sistema de saúde será, então, o cidadão, em que o direito à literacia em saúde adquire crescente importância.

Não só se responde às necessidades imediatas das populações, mas também se garantem as oportunidades para os cidadãos escolherem livremente um percurso de vida longo e saudável, contribuindo ativamente para o desenvolvimento das comunidades em que vivem. Nesta abordagem, um bom exemplo é o desafio levantado pela Saúde Mental, em que as respostas necessárias às crescentes necessidades da população assentarão numa multitude de fatores e atores que permitem uma abordagem global de definição de políticas intersectoriais, mas com evidentes impactos na saúde.

Do ponto de vista mais operacional, e para acelerar melhores resultados nos indicadores de saúde nacional, a DEMOCRACIA PLENA defende ainda a implementação célere das seguintes medidas:

- Rever as carreiras da saúde e, eventualmente, reinventar o modelo de remuneração associado ao desempenho, e fomentar a investigação clínica e a partilha de conhecimento, como fator de atratividade de profissionais;
-
- Dar novo ênfase aos mecanismos de controlo interno, com o reforço das equipas afetas aos Serviços de Auditoria Interna de cada unidade de saúde (hospital e ULS), que atualmente conta apenas com um elemento na grande maioria das entidades, atribuindo ao Diretor de Serviço a remuneração correspondente e igual a qualquer outro Diretor de Serviço. Este ponto é de extrema importância quando se atenta ao número de profissionais que ficam agora sob a alçada de cada ULS, à dimensão do orçamento e à dispersão geográfica do seu âmbito de atuação. Este desiderato vem ao encontro do que tem sido defendido pelo MENAC - Mecanismo Nacional Anticorrupção;
- Rever toda a rede de referência hospitalar, tendo por base critérios científicos e demográficos e. Continuar a modernização das instalações de saúde, com a criação de raiz de novos edifícios hospitalares e de cuidados de saúde primários, dotando-os de condições de conforto e capacidade de diagnóstico.
- Aumentar o número de hospitais com regime de hospitalização domiciliária, permitindo redução de internamento hospitalar, redução de complicações (infecciosas e não infecciosas) e redução de custos;
- Aumentar o número de Unidades de cuidados paliativos e reforço das Equipas em articulação com as IPSS; e criar Unidades de retaguarda de apoio social, para casos sociais em vias de resolução



- Desenvolver uma estratégia articulada com os bombeiros e empresas de transporte de doentes para criar uma verdadeira rede de transportes, com pagamento justo e que assegure o acesso à saúde das pessoas com limitações de mobilidade.
- Rever do cálculo do pagamento dos cuidados prestados com base no índice melhores representativos da realidade atual e menos no seu valor histórico;
- Reforçar a integração de sistemas informáticos, com tecnologia atual, reduzindo substancialmente o número de aplicações dispersas e não comunicantes que existem no setor, nomeadamente a implementar em pleno a referenciação hospitalar (RSE-SIGA), desmaterializando todo o processo de pedidos de consultas;

12. * Outros aspetos que não podemos deixar de referir nesta moção

A DEMOCRACIA PLENA tem ideias e ambições amplas para o país nos seus múltiplos setores económicos e sociais. Infelizmente, nesta moção não é possível listarmos todos as preocupações que temos para o futuro do país. Tal tornaria o documento com uma densidade incompatível com o tempo e focos político e emocional de um congresso partidário

Queríamos de falar de Pensões e Segurança Social, de Demografia e Coesão Territorial, de Funcionamento da Justiça e simplificação administrativa, de Defesa e Política Internacional, de Educação e Ciência, mas não o podemos fazer de forma superficial sem espaço para a fundamentação que merecem.

Fá-lo-emos sempre que nos permitirem em sede de moções setoriais ou em sede de outros órgãos de decisão do Partido.

Sem prejuízo do exposto, não gostaríamos de encerrar esta moção sem abordamos mais alguns temas que entendemos de elevada pertinência para o debate político interno.

12.1. * Salários mínimos e medianos e capacidade de retenção de talento em Portugal

Um dos assuntos mais debatidos em Portugal e também distintivo das opções e prioridades políticas dos partidos da esquerda e da direita tem sido o tema do Salário Mínimo Nacional (adiante SMN) e do seu posicionamento relativo no contexto nos restantes 27 países membros da União Europeia (adiante UE 27). À esquerda a opção é de uma aposta clara e consensual de reforço do SMN, como medida de combate à pobreza, reforço da justiça social e indutora do aumento dos restantes salários; à direita a prioridade são as políticas de estímulo ao crescimento económico para permitir aumentar a produtividade e, por



consequência, também os salários, incluído o SMN. Nesta discussão, temos ouvido muitos números, diferentes interpretações da mesma realidade e, muitas vezes, falta de rigor na apresentação e defesa dos argumentos apresentados.

Começar por referir que o Salário Mínimo não é uma realidade em todos os países da UE 27. Existem 6 países onde aquele salário não está previsto no respetivo ordenamento jurídico, sendo que todos eles registam bons indicadores sócio económicos comparativos no contexto europeu. Nestes países tem sido possível privilegiar acordos setoriais de concertação social sem a existência de SMN como referência para os aumentos dos salários. Outro aspeto relevante na comparação entre países é a do número de meses que compõem a remuneração anual em cada país, o qual também não é igual no conjunto dos países da UE 27.

Na comparação dos salários médios e medianos é ainda importante ter em consideração a carga fiscal aplicada aos escalões de IRS desses rendimentos, a qual tem diferenças relevantes entre os vários países. Existem também casos em que a opção por maiores taxas de IRS é depois compensada por menor tributação em sede de IVA. Em Portugal, o SMN está isento de IRS, mas o primeiro escalão tributável em sede de IRS, e relativo a rendimentos anuais entre 10.732 euros e 20.322 euros, tem uma taxa aplicável de 28,5%.

Após o alargamento da União Europeia aos países de leste em 2004, a UE 27 passou a ser uma realidade com vários grupos de estágios de desenvolvimento e poder económico. Assim, para uma comparação justa dos salários dos seus países é necessário ajustar os salários nacionais aos níveis de preços médios praticados em cada país, ou seja, à Paridade do Poder de Compra (adiante PPC). Neste quadro, Portugal perde posição relativa para países como a Lituânia, a Grécia e Malta.

No final de 2021, o Índice de Gini que mede a desigualdade na distribuição da riqueza em Portugal foi de 34%, que compara com 37%, ou seja, apenas 4 p.p. melhor em 30 anos, factos que demonstra a dificuldade do país em aumentar rendimentos per capita e diminuir as desigualdades sociais.

Apesar de Portugal ter ainda 7 países da UE 27 com piores registos salariais, metade dos seus salários auferem, em termos líquidos, apenas cerca de 20% mais do que o valor do SMN. Em termos relativos, Portugal perde muito mais na comparação dos seus salários medianos e médios, do que na comparação do seu SMN ao nível europeu. Portugal é também um dos países da UE com menor percentagem de pessoas a auferir menos que 105% do SMN, mas, ad contrário, um dos países com maior concentração no decil seguinte (110-120% do SMN), ou seja, no intervalo de salários nacionais entre os 800 euros e os 900 euros, valores que são até inferiores ao SMN médio da UE (937 euros).

A DEMOCRACIA PLENA defende medidas políticas que permitam reduzir os custos de contexto das empresas por contrapartida do reforço dos salários médios dos seus trabalhadores podem até ter um impacto fiscal global neutro, dado que permitirão reforçar não só a coleta em sede de IRS, mas também de IVA, dada a elevada propensão marginal para o consumo que se observa nos salários mais baixos.



Importante também valorizar as propostas políticas que permitam diminuir os preços de bens e serviços essenciais que, sem justificação de mercado, são em Portugal comparativamente mais elevados que nos seus pares europeus, como são o caso dos custos com a(s) Energia(s), onde a carga fiscal nacional é também parte do problema.

O SMN não é um fim em si mesmo, é um instrumento de política económica que necessita de ser enquadrado com outras medidas políticas para induzir efeitos positivos de maior alcance ao nível dos rendimentos da população. Isolado, apenas permite uma maior aproximação do seu valor ao salário mediano com um impacto muito limitado em termos macroeconómicos (ou até perverso nalguns setores).

O problema da pobreza em Portugal não está apenas ao nível daqueles que auferem o SMN. A maioria dos portugueses auferem pouco mais do que aquele salário.

Sem salários dignos Portugal não conseguirá reter os seus melhores em Portugal. Seremos um país que não aproveitará todo o investimento que efetuou para valorizar a educação das suas novas gerações. E com isso perderemos competitividade, capacidade de adaptação e posicionamento estratégico e estaremos condenados a ser um país capturado pela armadilha da pobreza.

A DEMOCRACIA PLENA defende um discurso mais ambicioso e com claras opções políticas sobre alternativas que permitam o crescimento generalizado dos salários. A DEMOCRACIA PLENA defende que propostas políticas que apenas faleem no reforço do SMN, mas não tenham uma estratégia clara para estimular o aumento dos salários medianos, são essencialmente ideológicas, mas não resolvem o problema de fundo.

12.2. * Uma Transição Climática e Digital transparente, participada e alargada

A crise climática e energética que o mundo enfrenta, assim como a enorme disrupção tecnológica que está a acontecer de forma muito acelerada, colocam riscos e ameaças, mas também oportunidade, de enorme dimensão para a Europa. **A apenas europeia não poderia ser mais clara. O caminho da transição climática e da transformação digital são irreversíveis e urgentes pelo que devem ser acelerados e considerados como a principal prioridade para a competitividade europeia**, sendo sobre eles que incidem as políticas de incentivos financeiros no espaço europeu.

Portugal irá receber da UE e investir milhares de milhões de euros no seu processo de transição climática e digital, a quase totalidade do investimento público terá presente estas duas dimensões no momento da sua decisão.

O orçamento do ministério do Ambiente é hoje o 4º setorial com mais dotação orçamental, mas o 1º em capacidade de investimento discricionário em apoios a projetos e despesas de



capital. Por outro lado, não há área de administração pública e da economia cuja transformação não depende totalmente de fortes investimentos em sistema de informação.

Acresce que são áreas de elevada complexidade técnica e globalmente capturadas por apenas algumas empresas de grande poder de influência e mais bem preparadas para conseguir vantagens comparativas no acesso aos fundos públicos.

São por isso 2 domínios muito expostos a riscos de conflitos de interesses que podem perverter e viciar o processo, o alcance e eficácia da boa aplicação dos fundos públicos, fazendo-nos perder oportunidade de desenvolvimento sustentado do País, em prejuízo de interesses particulares já instalados.

A DEMOCRACIA PLENA defende, por isso, que todas as decisões políticas nesta matéria sejam suportadas por elevados padrões de transparência, e sigam uma estratégia clara suportada em métricas objetivas e mensuráveis que possam ser avaliadas de forma generalizada e independente e promovam a sã concorrência e estimulem a regeneração e reconversão do tecido industrial português.

Outro aspeto fundamental deste processo de transição é o posicionamento do Estado enquanto utilizador e destinatário preferencial dos fundos europeus e contribuições discais destinadas à respetiva promoção.

Uma crítica fácil e justa que tem sido efetuada pela globalidade dos agentes económicos é a de que o Estado tem capturado a maioria dos fundos e contribuições para cobertura das suas necessidades de financiamento de despesas correntes, retirando assim disponibilidade financeira e capacidade de investimento essencial para as famílias e para as empresas.

Um exemplo concreto é o Fundo Ambiental, principal instrumento de política públicas para apoiar a Transição Climática gerido pelo Ministério do Ambiente e cujo orçamento em 2023 ascendeu a mais de 1200 Milhões de euros.

Por um lado, este Fundo Ambiental afeta a grande maioria do seu orçamento a apenas 2 objetivos: O programa de apoio à redução tarifária (PART) para compensar a redução no preço dos passes sociais dos transportes públicos, e as transferências para o Sistema Energético Nacional para subsidiar a produção de energia renovável. No entanto, não é claro, nem imediato, que aquelas medidas sejam as que maiores contributos produzam para os objetivos de sustentabilidade ambiental em termos nacionais. Por outro lado, o Fundo Ambiental, a cobro da discurso da eficiência energética e ambiental, tem sido também utilizado para apoiar programas de modernização da administração pública que, muitas vezes, facilmente, se confundem com medidas que sempre existiram e que decorrem de normais de evolução e adaptação conjuntural das funções do Estado (exemplo: renovação de frota, digitalização de processos ou melhoria do edificado por razões de eficiência energética)

Mais do que fins ambientais, elas refletem opções políticas de natureza económica e social cujos objetivos deveriam ser financiadas no quadro das receitas ordinárias do Estado, por contrapartida de redução de despesa pública em outras funções menos relevantes.



DEMOCRACIA PLENA defende que o Estado deve ser um parceiro, um mentor e um facilitador não um concorrente direto das famílias e das empresas no acesso aos fundos para a transição climática e digital.

Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que os fundos para a transição climática e digital devem ser focados em medidas que, de forma fundamentada e transparente, se traduzem em maiores e mais rápidos impactos para os objetivos de desenvolvimento sustentável, devendo ser protegido da utilização pelos governos em outras opções de natureza política mesmo que de elevado valor social.

A DEMOCRACIA PLENA não quer o Estado a usar fundos essenciais para transformação do modelo económico para, de forma encapotada, financiar despesas publica corrente e normal que deveria ser financiada pelas receitas fiscais ordinárias.

Todos temos consciência que o sucesso da descarbonização do país não depende apenas das opções do Estado. Ela depende sobretudo da mudança de comportamentos e hábitos das famílias e das Empresas.

E, nesse contexto, as políticas publicas devem ser usadas como instrumento acelerador da vontade dessa mudança, devendo beneficiar de forma simples e direta o maior número possível de pessoas. Os apoios financeiros públicos são importantes, mas chegam a poucos e são normalmente insuficientes para influenciar de forma relevante os comportamentos da globalidade das famílias e empresas.

Na DEMOCRACIA PLENA, acreditamos que o problema não são as pessoas. Somos seres racionais que tendemos a optar pelos comportamentos que nos permitem melhor conforto e qualidade de vida no imediato, a menos que tenhamos alguma segurança e certezas sobre maiores benefícios **do futuro.**

Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que devemos ir mais longe nos estímulos à mudança comportamental dos agentes económicos, atuando diretamente na remoção da principais barreiras e constrangimentos que atualmente limitam e desmotivam o investimento na alteração dos seus hábitos e padrões de consumo, incluindo a introdução de benefícios fiscais sobre despesas de investimento alinhadas com a referida estratégia.

12.3. * Reforçar a Política cultural e investir na Portugalidade e na Lusofonia

"A cultura é um bem público." Mário Soares

A cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade. Reflete a identidade de um povo, preserva a sua história e tradições, estimula a criatividade e promove a diversidade. Neste sentido, é extremamente importante reforçar a política cultural e investir nos artistas portugueses e na lusofonia. Ao valorizar e apoiar a produção artística



local, fortalecemos as expressões culturais, incentivamos o diálogo intercultural e impulsionamos o desenvolvimento social e econômico.

Investir na preservação do património cultural português e lusófono é essencial para manter viva a memória coletiva e reforçar a identidade cultural. Trata-se da proteção e restauro de monumentos históricos, da conservação de museus e coleções, bem como da valorização das tradições e manifestações culturais locais.

A DEMOCRACIA PLENA defende a importância estratégica de promover o acesso da população a este património, através de programas educativos e de visitação gratuita, garantindo que todos possam beneficiar e orgulhar-se do seu patrim nio cultural.

A política cultural em Portugal não pode, contudo, dar um foco desproporcional ao patrim nio histórico em detrimento do apoio   cria o artística contemporânea. Essa ênfase no passado pode limitar o desenvolvimento de novas expressões culturais e artísticas, bem como a inova o no setor cultural. Referem também a falta de integra o efetiva da cultura no sistema educacional, defendendo a necessidade de uma abordagem mais holística, que promova a educa o artística e cultural desde os primeiros anos de escolaridade, a fim de desenvolver a sensibilidade e a aprecia o pelas artes e pela cultura entre os jovens.

A cria o artística   um motor de inova o e de expressão cultural. Investir em artistas portugueses e lusófonos significa proporcionar condi es favoráveis ao desenvolvimento dos seus talentos e garantir que as suas vozes são ouvidas. Muitos argumentam que o investimento governamental na cultura tem sido insuficiente, resultando em falta de recursos para o desenvolvimento de projetos e iniciativas culturais de qualidade. Esse subfinanciamento tem sido apontado como um obstáculo ao pleno florescimento da produ o artística e cultural em Portugal.

A DEMOCRACIA PLENA defende o reforço dos programas de incentivo   produ o artística, como bolsas, residências artísticas, editais de financiamento e cria o de espaços culturais acessíveis para exposi es e performances, a e promo o da forma o artística nas escolas, a partir do ensino básico, para despertar o interesse e o potencial criativo dos jovens.

A excessiva centraliza o das políticas culturais em Lisboa e Porto, em detrimento de outras regiões do país   outro problema que deve ser corrigido. Muitos argumentam que a concentra o de recursos e eventos culturais nessas duas cidades tem levado a uma desigualdade cultural, com outras regiões sendo negligenciadas e com menor acesso a programas culturais de qualidade.

Aponta-se também que a sociedade civil tem sido pouco envolvida nas decisões e no planeamento das políticas culturais em Portugal. A falta de canais efetivos de participa o e consulta tem levado a uma desconexão entre as políticas estabelecidas e as necessidades e aspira es dos cidad es.

A DEMOCRACIA PLENA acredita que o acesso   cultura como um direito fundamental de todos os cidad es, pelo que defende que   necessário investir na democratiza o da cultura, tornando-a acessível a todos os territórios e camadas sociais. Queremos promover



e apoiar iniciativas culturais locais em todo o país, incentivando a participação ativa das comunidades e a preservação das suas identidades culturais únicas.

Isso envolve a criação de programas de inclusão cultural, oferecendo atividades gratuitas ou acessíveis, bem como a implementação de políticas de acessibilidade, visando a inclusão de pessoas com deficiência. Além disso, é importante utilizar as novas tecnologias como ferramentas para ampliar o acesso à cultura, por meio de plataformas digitais e conteúdos online.

Implica também apoiar projetos que representem diferentes grupos étnicos, sociais e culturais, dando visibilidade a artistas emergentes e marginalizados. Além disso, é necessário fomentar o intercâmbio cultural entre os países de língua portuguesa, promovendo a troca de experiências, conhecimentos e práticas artísticas, enriquecendo assim a cena cultural de cada nação.

Reforçar a política cultural, passa também por valorizar e promover a diversidade das expressões artísticas presentes não só em Portugal, mas em toda a Lusofonia.

A língua portuguesa, a portugalidade e a diáspora portuguesa são talvez a maior riqueza do nosso país e o seu ativo intangível de maior potencial, não só cultural, mas também económico.

O português é uma das grandes línguas globais do mundo. Tomando como base as línguas maternas, o português é a quarta língua mais falada no mundo. Estima-se que a língua portuguesa represente atualmente 3,6% do PIB mundial, pelo que é inteiramente justo que a nossa política externa desenvolva os seus melhores esforços para que o português seja instituído como língua oficial das Nações Unidas, a par do inglês, francês, chinês (mandarim), espanhol, árabe e russo.

A DEMOCRACIA PLENA defende uma aposta clara na afirmação internacional da língua portuguesa, da portugalidade e da diáspora portuguesa como fatores de diferenciação únicos do nosso país como potência de “soft power” internacional.

Considerando a herança histórica que Portugal transporta enquanto agente propulsor de um mundo globalizado, a sua afirmação como potência de “soft power” é o reflexo do seu passado, das suas ações no presente e do que almeja ser no futuro.

Portugal tem no mundo uma pegada global, impressa ao longo de sucessivas vagas de migrações, ocorridas durante os últimos 5 séculos. Ainda hoje a diáspora portuguesa é a que tem maior peso relativo no contexto europeu. Portugal é o primeiro país da União Europeia com mais emigrantes em percentagem da população e o oitavo do mundo. Em cada 3 portugueses, um vive fora de Portugal. Os números apontam para a existência de aproximadamente 5,5 milhões de portugueses a viver no estrangeiro. Desses, um milhão e seiscentos mil estão recenseados como eleitores portugueses.

Acresce a isso, a vaga de emigração qualificada mais recente, ocorrida durante os anos da crise financeira e da consequente crise das dívidas soberanas. Só entre 2011 e 2015 saíram



de Portugal mais de meio milhão de portugueses rumo à emigração. A confluência destes fatores leva a que o retrato socioprofissional das novas gerações de lusodescendentes e de portugueses a residir no estrangeiro seja muito diferente de épocas passadas e permita afirmar que a diáspora portuguesa é hoje a mais qualificada de sempre.

A diáspora portuguesa tem sido uma das maiores fontes de financiamento externo do sistema financeiro e da economia portuguesas. No entanto, tem merecido uma infinitésima parte dos recursos e da atenção por parte dos poderes públicos em Portugal, a começar pelo governo.

Não restam dúvidas que os portugueses são os melhores Embaixadores de Portugal no mundo, dando permanente testemunho dos valores que estão no ADN português: a tolerância, o diálogo, a simpatia, a empatia, a adaptabilidade, a criatividade, a resiliência, o esforço.

No entanto, e apesar do potencial do enorme ecossistema de ligações que o legado e a cultura portuguesa têm disseminada pelo mundo, o peso do mercado externo nas vendas e serviços prestados é de apenas 21%, valor que demonstra a reduzida capacidade que as empresas portuguesas tem tido o eficiente aproveitamento das oportunidades daquele legado.

A DEMOCRACIA PLENA defende que a diáspora portuguesa deve passar a constituir uma prioridade da política externa portuguesa, em particular ao nível da diplomacia económica e da estratégia de internacionalização.

12.4. * Uma política de imigração e integração equilibrada e humanista, mas também sustentável e realista.

"A imigração pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento de um país, desde que seja bem gerida." Mário Soares

O tema da imigração tem sido um dos desafios mais prementes que a Europa enfrenta nos últimos anos. À medida que milhares de migrantes fogem dos conflitos, da pobreza extrema e das alterações climáticas em África em busca de uma vida melhor na Europa, é necessário adotar uma política de imigração e integração equilibrada, humanista, sustentável e realista.

Em primeiro lugar, é **crucial abordar a imigração numa perspetiva humanitária e humanistas**. Em vez de adotar políticas restritivas e dissuasoras, a Europa deveria dar prioridade ao acolhimento digno e seguro dos seus migrantes. É essa a essência dos valores humanistas e progressistas em que assentou a base da construção da união europeia que a tornaram num espaço de civilidade de características únicas no mundo.

Uma política de imigração e integração eficaz deve abordar não apenas as necessidades básicas dos imigrantes, mas também sua integração social. Deve incluir programas de aprendizagem de línguas locais, cursos de capacitação profissional e acesso ao sistema



educacional, e oportunidades de educação e emprego, que tornem os migrantes produtivos e integrados da sociedade numa dimensão sustentável e que beneficie os interesses coletivos de todos os europeus.

O êxito da integração dos imigrantes exige também uma ação enérgica para combater a discriminação e a xenofobia. É essencial promover a sensibilização e a educação para a diversidade cultural e étnica, tanto entre os migrantes como entre a população local. Além disso, devem ser aplicadas leis rigorosas para punir atos discriminatórios e promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente da sua origem.

Uma política equilibrada de imigração e integração **deve igualmente assegurar a inclusão política e a participação cívica dos migrantes na sociedade.** Trata-se de facilitar o acesso à cidadania, permitindo que os migrantes tenham voz e direitos políticos.

Para permitir esta abordagem de abertura e integração, a política deve ser também realista e responsável, de forma a não causar efeitos perversos aos seus próprios objetivos e princípios e levantando sentimentos de reação negativa dos cidadãos europeus que ponham em causa a estabilidade social e a segurança da Europa.

Uma abordagem sustentável e realista da política de imigração exige uma estreita cooperação entre a Europa e os países de origem dos migrantes. Isto implica investir em programas de desenvolvimento económico e social, a fim de abordar as raízes profundas da migração forçada.

Neste quadro, Portugal deve encetar uma estratégia e um posicionamento muito claro sobre a sua visão para a imigração nos próximos 10 anos. O enorme influxo de imigrantes que procurou Portugal para trabalhar nos últimos anos, nomeadamente nas reas de baixo valor acrescentado no setor do turismo e da distribuição ponto a ponto, pode tornar-se num problema de sustentabilidade caso o modelo económico em que assenta sofreu perturbações e concorrência externa relevante.

Sabemos da existência de redes de tráfico de seres humanos que atraem ilegalmente imigrantes para Portugal e depois os exploram, tornando-o miserável e sua vivencia no nosso país e um potencial foco de insegurança a médio Prazo.

Portugal também não pode ser uma porta aberta e descontrolada para entrada de imigrantes no espaço Schengen, porquanto isso mina a nossa autoridade moral e deveres perante os compromissos a que estamos obrigados.

A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS inicie, promova e lidere um debate amplo e aberto sobre uma política de imigração e integração equilibrada e humanista, mas também sustentável e realista para os próximos 10 anos, assumindo uma posição clara sobre as necessidades reais do país em matéria de imigração e cooperação internacional e instrumentos que pretende disponibilizar e instituir para garantir que essa política se desenvolva de forma harmoniosa e em benefício de todos os portugueses.



12.5. * O Futuro da Aviação em Portugal: Uma visão abrangente

A TAP, o novo aeroporto de Lisboa e os investimentos em infraestruturas de ligação e de acesso ao aeroporto têm sido um dos principais pontos de discussão pública no que se refere aos investimentos estruturais para o futuro de Portugal.

Na DEMOCRACIA PLENA, defendemos que a estratégia integrada para o novo Aeroporto de Lisboa, tenha em conta uma abordagem holística, que inclua a política de ferrovia, a restrição de voos noturnos e a descentralização das atividades aeroportuárias.

O desafio da capacidade aeroportuária em Portugal não pode ser resolvido apenas com a expansão da capacidade aeroportuária da região de Lisboa, porque atualmente ela já representa mais de 50% de todo o tráfego do país. Em termos comparativos, o aeroporto de Barajas de Madrid apenas representa 15% dos movimentos em todos os aeroportos espanhóis. A abordagem deve ser, por isso, holística, combinando diversas soluções – não vai haver apenas uma solução. Temos de deixar analisar esta questão como a concretização de uma promessa do passado, mas como uma construção para o futuro – para servir o transporte aéreo que se fará no futuro.

A promoção de uma ferrovia eficiente para substituir ligações aéreas entre Lisboa, Porto e Faro é crucial – libertaria só por si 14 pares de slots. Para isso, não é necessário um TGV, basta o Alfa Pendular funcionar na sua plenitude, incluindo serviço e velocidade. A aposta no TGV para Madrid, liberando 20 pares de slots aéreos na Portela, segue modelos bem-sucedidos em outras regiões da Europa. A expansão do terminal na Portela, aliada à retirada do Terminal Militar de Figo Maduro, oferecerá ganhos significativos.

Outro aspeto importante, são as restrições noturnas eficazes, em linha com práticas internacionais de Zurique, Frankfurt ou Londres Heathrow que fecham por completo a operação dos seus aeroportos durante o fim da noite/madrugada.

A descentralização aeroportuária é outro passo essencial. Ao investir em aeroportos regionais como Bragança, Viseu e Beja, Portugal cria-se uma rede de acesso, reduzindo a dependência de Lisboa, colocando as pessoas onde querem viajar e, ao criar uma rede regional pública de aeroportos, desafia-se o atual monopólio privado dos aeroportos nacionais que pratica os preços que quer. A descentralização do tráfego aéreo é vital. A concentração excessiva em Lisboa deve ser contrabalançada pela criação de centros regionais, incentivando a concorrência e impedindo abusos nas taxas aeroportuárias.

A DEMOCRACIA PLENA defende que a privatização seja assente em critérios que priorizem a cobertura e os serviços ao mercado nacional, e otimizam a recuperação do esforço financeiro efetuado pelos portugueses aquando da nacionalização.



No processo de privatização da TAP, a prioridade deve ser garantir a conectividade aérea de todo o país (não apenas Lisboa) e de preservar empregos na aviação no território nacional. O modelo de negócio adotado pela futura gestão é secundário em relação a esses objetivos e não deve ser alvo de exigências por parte do Estado.

Os governantes devem buscar maximizar o valor e o serviço para o mercado de/para Portugal, em detrimento do foco excessivo nos passageiros de conexão que apenas ocupam a infraestrutura para trocar de um avião para outro, com um impacto económico muito duvidoso.

A recuperação do investimento público na TAP deve ser o critério prioritário. Estabelecer um valor mínimo para a venda total da TAP, visando recuperar os fundos públicos investidos, é imperativo. Enquanto pública, a TAP deve ser gerida sob o ministério da economia, separando infraestruturas, regulamentação e controle aéreo do que são os agentes económicos e acabar com esta promiscuidade orgânica.

Numa dimensão mais operacional, a DEMOCRACIA PLENA defende ainda:

- **Regulamentação Transparente** - A elegibilidade para cargos em entidades como ANAC (regulador) e NAV (coordenador dos slots em Portugal) deve ser regulamentada de forma transparente, impedindo que ex-políticos ou ex-diretores das entidades reguladas ocupem cargos nos conselhos de administração destas entidades.
- **Liberalização Aérea nos Arquipélagos e descentralização da infraestrutura** - A liberalização total dos voos para os Açores e entre os Açores e Madeira é essencial. Os arquipélagos passaram a serem os proprietários da sua infraestrutura devido à relevância estratégica e papel que desempenham nas suas comunidades e pelas provas sucessivas de desleixo dadas pelos diferentes governos da república nesta matéria.
- **Inovação na Aviação Elétrica** - Portugal deve posicionar-se como um mercado-teste para a aviação elétrica e do futuro, especialmente em voos insulares e para o interior do Continente – para isso é necessário criar a infraestrutura e a regulamentação certas.
- **Descentralização do Turismo e Concursos Públicos Internacionais** - A criação de novos pontos de entrada no país, através de aeroportos regionais, e o apoio a rotas estratégicas via concursos públicos internacionais são instrumentos fundamentais para descentralizar o turismo e explorar novas oportunidades de desenvolvimento adequadas às várias infraestruturas e regiões.